

negócios

negocios.pt

Segunda-feira, 24 de abril de 2023 | Diário | Ano XVIII | N.º 4979 | € 2,80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

ANTÓNIO MOITA
André Ventura agradece que o hostilizem abertamente
OPINIÃO 26



L. MARQUES MENDES
O governo irá usar todas as folgas para ganhar eleições
OPINIÃO 27



Mais-valias das vendas de 2022 também terão benefício em IRS

A isenção é dada se os ganhos forem usados para abater no crédito à habitação e o contribuinte terá três meses para o fazer depois de a lei entrar em vigor. Só contam habitação e terrenos para construção.

ECONOMIA 10 e 11

Miguel Baltazar

Publicidade

Terminais portuários de Lisboa vão a concurso no próximo ano

EMPRESAS 14 e 15

Faltam páginas ao novo manual cripto europeu

MERCADOS 20 e 21

Despesa cede mais que a média do euro

ECONOMIA 12 e 13

investidor privado

Telefone, água e luz. Quando os atrasos costumam dinheiro



Mobilidade

Autocarros elétricos da Oceântia rumam a Lanzarote

EMPRESAS 16

HOME PAGE

Sergei Karpulhin/Reuters

Há mais 22 russos na lista dos mais ricos do país

Andrei Melnichenko é o homem mais rico da Rússia. É dono e fundador da Eurochem, produtora de fertilizantes.

Lista dos milionários russos seria ainda maior se cinco empresários, incluindo o fundador da Revolut, não tivessem renunciado à cidadania. Valorização das matérias-primas deu gás ao património destes empresários.

CLÁUDIA ARSÉNIO

claudiaarsenio@negocios.pt

As perdas da guerra parecem já fazer parte do passado. A Rússia tem 110 milionários na lista dos mais ricos de 2023, mais 22 do que no ano passado, de acordo com a edição russa da Forbes. O número, aliás, só não é ainda mais elevado porque cinco empresários renunciaram à cidadania: Yuri Milner, fundador da DST Global, Nikolay Storonsky, da Revolut, Timur Turlow, da Freedom Finance, bem como os cofundadores

da JetBrains, Sergei Dmitriev e Valentin Kipyatko.

Os dados publicados pela Forbes mostram que a fortuna dos 100 mais ricos da Rússia cresceu de um total de 353 mil milhões de dólares (319 mil milhões de euros) em 2022 para 505 mil milhões de dólares (456 mil milhões de euros), o que representa um aumento de 43% no espaço de um ano.

A justificar esta evolução na fortuna dos milionários russos está o comportamento das matérias-primas, segundo a Forbes citada pela Reuters. Aliás, o número de 2022 acabou por ser afetado após o início da guerra, em fevereiro de 2022, já que a riqueza total era de 606 mil milhões (549 mil milhões de euros) antes da invasão da Ucrânia.

Os nomes que encabeçam a lista da Forbes Rússia

Chama-se Andrei Melnichenko e construiu a sua fortuna à base do negócio dos fertilizantes. É o homem mais rico da Rússia, nas con-

Valor da fortuna dos russos mais ricos ascende a 505 mil milhões de dólares.

tas da pela Forbes, com um património estimado de 25,2 mil milhões de dólares (22,8 mil milhões de euros). O valor cresceu para mais do dobro face ao montante do ano passado, um acréscimo a que não se pode dissociar do aumento do custo dos fertilizantes desde o eclodir da guerra.

No segundo lugar do pódio surge Vladimir Potanin, presidente e maior acionista da Nor Nickel, empresa que é a maior produtora mundial de paládio e níquel refinado. Duas matérias-primas que, ao longo de 2022, também conheceram significativas valorizações no mercado. A sua fortuna está avaliada pela Forbes em 23,7 mil milhões de dólares (21,4 mil milhões de euros).

Vladimir Lisin, dono da side-

rúrgica NLMK e que no anterior encabeçava a lista de milionários, caiu para a terceira posição com um património a rondar os 22 mil milhões de dólares (20 mil milhões de euros).

Há também seis recém-chegados à lista dos mais ricos 2023. Andrey Krivenko, fundador da Vkus-Vill (n.º 59 com 2,1 mil milhões), Seifeddin Rustamov, o principal acionista da Metafrax (n.º 90 com 1,3 mil milhões), Denis Shtengelov, fundador do KDV Group (n.º 94 com o mesmo valor), o coproprietário do grupo Samolet Pavel Golubkov (n.º 102 com 1,1 mil milhões), o dono da Stroyservis Dmitry Nikolayev (n.º 105 com 1,1 mil milhões) e o acionista minoritário do USM, Ivan Streshinsky (n.º 109 com mil milhões). ■

DIA

AÇÃO

EssilorLuxottica sobe com receitas a superarem as expectativas



A empresa liderada por Francisco Milleri teve 6,15 mil milhões de euros em receitas.

As ações da EssilorLuxottica atingiram um máximo de janeiro de 2022, após as receitas de 6,15 mil milhões de euros no primeiro trimestre terem superado os 5,94 mil milhões de euros estimados pelos analistas inquiridos pela Bloomberg. "As receitas superam as expectativas de forma consistente nas várias regiões e a retoma dos preços no início do ano pode ter sido o motor", referiram os analistas da Jefferies. ■



6,27%

Varição este ano: 11%
Valor em bolsa:
83.495 milhões de euros

FRASE

“
Não há
nenhum
problema na
coexistência
de apoios
municipais
com o do
Governo.



MARINA GONÇALVES
Ministra da Habitação
à TSF e JN

FOTO



Todos tentam sair de Cartum. Tensão cresce no Sudão

São muitos os que tentam abandonar a cidade de Cartum, Sudão, devido aos combates entre grupos rivais que prossegue nas ruas da capital. Os funcionários do governo dos EUA já foram retirados do país por militares norte-americanos, tal como os do Reino Unido. Portugal diz estar a trabalhar com países aliados para retirar em segurança os cidadãos nacionais.

Fotografia: El-Tayeb Siddig / Reuters

NÚMERO

340

Os 2,5 milhões funcionários públicos alemães vão receber um complemento salarial isento de impostos até fevereiro de 2024 e a partir daí um aumento salarial de 5,5%, num mínimo de 340 euros/mês.

EDITORIAL



DIANA RAMOS
Diretora
dianaramos@negocios.pt

O que está por fazer

Aos 49 anos de democracia, é tempo de nos confrontarmos com os desafios que o atual sistema político enfrenta num cenário em que simultaneamente crescem os movimentos populistas e em que o sólido edifício do Estado social que foi construído no grosso dos países europeus arrisca degradação e declínio.

No aniversário do Partido Socialista, no Porto, o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, recorda que “entrámos na União Europeia de mãos dadas, aos ombros de gigantes como Mário Soares e Felipe González”, mas onde está o legado que nomes como o fundador do PS nos deixaram e o que ainda está por fazer?

A democracia é, inexoravelmente, o modelo político que melhor protege as liberdades, mesmo conhecendo-se todos os defeitos que possa ter enquanto sistema. Nesse sentido, é mais ou menos óbvio que a melhor forma de a proteger é reformando e corrigindo o que não está a funcionar. Porque só essa vontade e esse poder transformador reduzirá o ruído do populismo que ameaça o mundo que conhecemos e que tantas vezes damos por garantido.

Num conjunto de países, as debilidades e fragilidades da democracia são mais visíveis nas insuficiências do modelo social-democrata europeu, mas é também a resposta a essas insuficiências que melhor defenderá a democracia.

Olhando para a situação concreta de Portugal, é inevitável olhar para os números do crescimento económico e para a mais recente análise do FMI, que coloca a economia nacional como uma das mais lentas da década nos próximos anos. Mudar esta letargia, com a vontade e ação dos partidos responsáveis, é essencial para defender a democracia. Bem como reduzir o número de pessoas que necessita de transferências do Estado para ter uma vida digna.

Aliás, se a tentação acabar por desembocar em orientar a ação governativa – ou a oposição – meramente para as sondagens, comandadas pelo ruído das redes, o risco de fragmentação por falta de liderança é enorme. E aí, naturalmente, a entrada na espiral do populismo manchará o muito que construímos nestes 49 anos. ■

A democracia é o modelo político que melhor protege as liberdades, sabemos-lo.

CONVERSA CAPITAL

JOSÉ MANUEL DIOGO DIRETOR DA CÂMARA DE COMÉRCIO LUSO-BRASILEIRA

“TAP é um eixo fundamental entre Portugal e Brasil”

Na privatização da companhia aérea, o país não pode descuidar a importância da relação com o Brasil, avisa o diretor da Câmara de Comércio Luso-Brasileira. José Manuel Diogo teme que o fim dos vistos gold tenha impacto no investimento.

HUGO NEUTEL
hugoneutel@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
MIGUEL BALTAZAR
Fotografia

A importância do Brasil como emissor turístico e fonte de investimento em Portugal tem estado em crescendo e a tendência deverá continuar, considera o diretor da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira. Em entrevista ao Negócios e Antena 1, José Manuel Diogo sublinha a importância da TAP para as relações económicas entre os dois países e prevê que o fim dos vistos gold tenha impacto.

A importância do Brasil no turismo tem crescido. As alterações às regras do alojamento local podem ter impacto na tendência?

Depende de como as regras na prática se verificarem. Menos camas vai querer dizer menos turistas. Continuo a pôr as mais altas reservas a isso. É o nosso petróleo. Portugal recebe o dobro da sua população em turistas e o turismo talvez não seja o melhor negócio de todos porque muito do rendimento dei-

xado pelos turistas acaba por não ficar em Portugal e sobretudo não gera economia porque gera empregos de baixa renda e que acabam. Quem trabalha no turismo não consegue usar o elevador social e isso é um problema. Agora, o turismo de luxo pode ser uma [hipótese] e nisso estão a investir muitos empresários brasileiros em Portugal. No luxo europeu – a forma como os brasileiros veem a Europa –, Portugal passou a não ser só a Europa, que não era, como passou a ser o centro da Europa para muitos. Pode haver impacto, mas eu não estou muito convencido de que o número de camas diminua em Portugal.

A privatização da TAP pode ter consequências nessa vertente?

Ter uma má TAP é sempre mau, porque a TAP é um dos vértices, um dos eixos fundamentais da relação entre Portugal e o Brasil, que torna o Brasil próximo de Portugal. Antes da pandemia só a TAP fazia 83 voos semanais para o Brasil. A Latam e a Azul voam para Portugal, mas a TAP é hegemónica. Há cidades do Brasil, como a capital Brasília, que só estão ligadas à Europa pela TAP. Consigo perceber o drama de entender-se a TAP deve ser privatizada. Agora, se estamos de acordo que a relação com o Brasil tem uma dimensão estratégica, não podemos “dar mole” no sentido de quando ti-

vermos novos donos da TAP se descuidar esse canal. É relevante poder ir e vir. A mobilidade é absolutamente relevante.

O fim dos vistos gold pode ter impacto no investimento?

O Brasil é o segundo país em entrada de vistos gold. É um mecanismo interessante, o português sobretudo, porque permite que se adquira nacionalidade, ou permitia porque foi extinto – embora não tão extinto como se pensava ao princípio. Mas vai ter impacto. O sonho de consumo de um tipo de investidores era chegar aqui, comprar uma casa e ter o visto gold. Isso acabou. Mas não é isso que vai impedir os brasileiros. Eles vão encontrar outra maneira de fazer isto, ou pelo visto de mobilidade que lhes permite estar aqui ou por investimentos que penso que o nosso Governo acautelou que não ser feitos noutras áreas, o que vai tirar pressão da habitação. Se há um problema de habitação – é um repto que nós, na câmara de comércio, até lançamos ao Governo –, porque não criar um visto gold como investimento para arrendamento? Se o Governo estiver disponível para garantir as rendas aos proprietários, porque não garantir o arrendamento a investimento estrangeiro que invista em casas para arrendar e o Estado garanta? É uma medida simples, mas aparentemente não fomos ouvidos.

Há alternativa, o visto empreendedor, e o cultural...

É a manutenção do status quo. Acho que o nosso Governo geriu este assunto numa perspectiva até de controlo de danos. Porque não é muito inteligente cortar uma linha de financiamento da economia que sozinho valeu mais do que, por exemplo, a troca comercial entre Portugal e o Brasil no período de um ano, de 6 mil milhões de euros, e que não trazia problemas. Trouxe este problema da habitação, sim, e era preciso corrigi-lo.

O fundamento que esteve na base do fim dos vistos gold em Portugal não foi o mesmo que foi usado noutros países...

Não foi o mesmo por conta da emigração. Não há práticas ilícitas agregadas ao visto gold. A manutenção do visto cultural, do cinema, da mobilidade são importantes. Para o Brasil impactam menos. A nosseciação de mobilidade com os países de língua portuguesa alterou-se extraordinariamente. O acordo de mobilidade na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é revolucionário. Permitir-se a um cidadão, que está num país de língua portuguesa, ter acesso automático a residência noutro país é revolucionário. Portugal não tem outra hipótese porque as projeções demográficas são catastróficas.

Tem receio desse impacto? Já existem impactos.

“No Brasil existe um ditado que diz: ‘é impossível este país dar errado’”

O diretor da Câmara de Comércio Luso-Brasileira sublinha que do ponto de vista político e económico não existe “um Brasil” do qual se possa falar em bloco.

A recuperação da economia do Brasil pode levar a uma retração da presença brasileira em Portugal?

Lá há um ditado que diz: “o Brasil é impossível dar errado”.

É tão grande e tem tanta riqueza que a possibilidade de entrar em falência é muito complicada. O município de São Paulo sozinho tem 14 milhões de habitantes. É maior que Portugal, mas tem a mesma lógica que um município pequeno. Isso vai fazer com que o Brasil se internacionalize para Portugal mas não por ser o Brasil, que é um conceito inventado por portugueses. O governador do Piauí





PERFIL

Uma lança albicastrense em São Paulo

Nascido em Castelo Branco em 1966, foi lá que José Manuel Diogo passou a infância e adolescência antes de rumar a Coimbra. Foi aí que profissionalizou a Rádio Universitária (RUC). A aventura hertziana culminou na fundação do primeiro curso de Jornalismo do país - que tirou ao mesmo tempo que fazia parte da comissão Instaladora da licenciatura. No Imaginário tem uma figura com tanto de importante como de misterioso: o avô, que no final dos anos 30 emigrou para o Brasil, “desaparecendo” durante 11 anos. Haveria de conhecer o país da Amazônia por motivos profissionais, mas foi a esfera pessoal que o fez apaixonar-se pelos brasileiros - a tal ponto que se casou com uma cidadã daquele país. Com negócios nos dois lados do Atlântico, tem um único escritório, em São Paulo. Fundou a Associação Portugal Brasil 200 anos, que selecionou outros tantos livros para celebrar o grito do Ipiranga. Não foi por acaso: a literatura é “central” na sua vida. Esteve envolvido no Festival Literário de Óbidos.

esteve em Portugal. O Piauí é um Estado com 4 milhões de habitantes, mas do tamanho de Inglaterra. Ele percebeu que vai internacionalizar-se não como Brasil mas como Piauí. Há uma multiplicidade de níveis com economias que vão correr melhor e empresários que poderão investir menos. O governo brasileiro está a taxar offshores. Portugal passa a ser uma praça não franca, mas muito favorável em termos de impostos para investimento financeiro em Portugal.

Está a trabalhar-se suficientemente na área da integração?

Não se está. Há episodicamente problemas dos “youtubers” brasileiros que os nossos filhos portugueses ouvem e que até lhes mudam o vocabulário e que criam problemas até de “isso não é português correto”. Mas quando abrimos a porta temos que saber viver com ela

aberta. O reitor do seminário de Coimbra diz uma coisa interessante: os brasileiros vão tomar conta disto. A questão é se que temos ajudá-los a fazer isso ou não.

A atitude de parte da comunidade brasileira é de colonizar?

Chamo-lhe “contra-colonização”, mas não é necessariamente uma coisa má. O presidente da Câmara de Cascais diz: “tenho 25% de brasileiros que vivem em comunidade, fazem churrascos, e há casas que passaram a ter um quarto para a empregada”. O dinheiro fala mais alto em muitas coisas e é normal que tenhamos de nos habituar a isso. Este problema resolve-se trazendo mais cultura portuguesa para o Brasil para que os brasileiros de virem conheçam mais, até porque a língua nem é a mesma. Eles inventaram uma língua que também se chama português.

Onde há margem para os portugueses intensificarem o investimento no Brasil?

O investimento cresce sobretudo por conta de duas indústrias: energia e mobilidade. Os empresários portugueses que fizeram um bom plano de reconhecimento da realidade brasileira podem encontrar coisas que não encontram em Portugal.

Não há apetite especial pelo investimento português?

Há um apetite especial por investimento europeu. O Brasil é muito carente de infraestruturas, logística, muitas coisas de países continentais. Nós conseguimos com facilidade trazer energia elétrica do Porto para Lisboa se houver um apagão, no Brasil isso não acontece. Portugal é um investidor importante no Brasil. Agora, esse dinheiro que Portugal investe no

Brasil é originariamente de quem? Muito já é brasileiro. E há muitas exportações brasileiras que são portuguesas, como o petróleo. A Galp no Brasil é brasileira.

Os empresários queixam-se do protecionismo e da dependência do poder político...

Um empresário português no Brasil, a não ser que seja um grande investidor, tem dificuldades de abertura de conta, de estadia. Aqui qualquer estrangeiro, ao fim de uma semana, abre uma empresa. No Brasil, não é possível a um português ter uma empresa sozinho, tem de ter um sócio brasileiro. ■

“Quando abrimos a porta temos que saber viver com ela aberta.”

“No Brasil, não é possível a um português ter uma empresa sozinho, tem de ter um sócio brasileiro.”

CONVERSA CAPITAL

JOSÉ MANUEL DIOGO DIRETOR DA CÂMARA DE COMÉRCIO LUSO-BRASILEIRA

“Há brasileiros a olhar” para investimentos em agricultura

Os investidores do Brasil estão cada vez mais a descobrir Portugal, garante o diretor da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira. De 2020 para 2022 o investimento brasileiro cresceu mais de 50%.

HUGO NEUTEL
hugoneutel@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
MIGUEL BALTAZAR
Fotografia

Existem cada vez mais investidores brasileiros interessados em Portugal, afirma o diretor da Câmara de comércio e Indústria Luso-Brasileira. Em entrevista ao Negócios e Antena 1, José Manuel Diogo elenca a área da agricultura como uma das que estão a ser descobertas e salienta que já existem investimentos brasileiros significativos na margem do Alqueva.

Qual tem sido a expressão do investimento brasileiro em Portugal nos últimos anos?

Tem evoluído bem, houve 50,8% de aumento entre 2020 e 2022. Sob risco de errar algum dos números, eles estão todos disponíveis na Comex, osite de estatística do governo do Brasil. O setor da aeronáutica é muito importante. Os empresários brasileiros compraram as OGMA, as oficinas gerais de material aeronáutico. Há sete anos foi esse um dos grandes acordos. Hoje a Embraer em Portugal, sobretudo com a compra das OGMA, faz que a aeronáutica seja o segundo item na balança comercial. Há a siderurgia também, a maior siderurgia nacional foi comprada por um grupo brasileiro. E isso num país com uma economia do tamanho da nossa é um “game changer”. Faz toda a diferença. Como o contrário existe também, sobretudo por conta de duas empresas que impactam na balança comercial que são a Galp e a EDP. A EDP entrou forte no mercado brasileiro. Tem uma atitude que já não é só de São Paulo nem só da distribuição. Passa a ter operações no norte, passa a ter uma pegada empresarial muito própria da elite empresarial brasileira, muito preocupada com questões ambientais e novas tecnologias. A Galp entrou



também nesse negócio da distribuição e da produção de energia renovável por conta das explorações da Galp em petróleo offshore, metade da nossa balança comercial com o

Brasil é a compra de petróleo. Essa diversificação, eu penso que vai acontecer no futuro, ainda não acontece, mas é um mundo de grandes possibilidades

“[O investimento brasileiro em Portugal teve] 50,8% de aumento entre 2020 e 2022”.

“Do petróleo que compramos ao Brasil, a maior parte é produzido [pela Galp]”.

Como é que antevê a evolução do investimento brasileiro ao longo deste ano?

Já existem números do primeiro trimestre e vão no mesmo sentido. Há um fator que distorce, que é o petróleo. Se nós compramos petróleo ao Brasil a nossa balança comercial com o Brasil é muito desequilibrada, mas a verdade é que do petróleo que compramos ao Brasil, a maior parte é produzido por uma empresa que tem sede em Portugal [a Galp].

O desequilíbrio da balança comercial deverá aumentar ou diminuir?

As probabilidades de ambas as coisas são verdadeiras. A primeira

tema ver com a energia, ou seja, com a compra de petróleo. Nos últimos dois anos dos últimos 20 nos quais Portugal não comprou petróleo ao Brasil a nossa balança comercial ficou paritária. No resto da economia, na tecnologia, na inovação, há a possibilidade de Portugal diversificar a sua balança de comércio externo com o Brasil. Nas importações vemos a soja e o milho, que antes não existiam. A guerra na Ucrânia distorce muitas coisas, até o simples facto de mesmo que em quantidades pequenas, Portugal e a Europa terem voltado a importar açúcar de cana do Brasil por conta da queda do açúcar de beterraba da Ucrânia e do leste da Europa. E existe em outros setores da economia em que Portugal pode ter

“Há tanto vinho português no Brasil que Portugal um dia destes não tem vinho”.

“Portugal voltou a importar açúcar de cana do Brasil [por causa da guerra]”.

uma palavra a dizer. O azeite tradicional subiu, o vinho tem um 'boom'. Assistimos a este desajuste de referências portuguesas entre as quais o vinho, que é também cultura. A cultura 'latosensu' ainda não, e esse é outro grande desafio que penso que pode acontecer. Nos encontros bilaterais ao mais alto nível, a Margareth Menezes [ministra brasileira da Cultura] e o Pedro Adão e Silva [homólogo português] tem uma das agendas mais cheias, porque as indústrias criativas contribuem mais para o produto interno bruto do que a indústria automóvel. O 'achamento' cultural entre Portugal e o Brasil – é uma palavra curiosa, mas é importante – num mundo cada vez mais desmaterializado faz com que a possibilidade das indústrias culturais portuguesas terem no mercado gigante do Brasil hipótese de florescerem e de contribuírem decididamente para o nosso comércio externo é grande, até porque a cultura não depende de solo nem de quantidade de produtores. Ela vai depender da quantidade de consumidores, portanto, esse aspecto eu vejo como um dos que tem mais capacidade para se desenvolver.

Em que áreas é que existe margem para o crescimento do investimento brasileiro em Portugal, além dessas?

Eu vejo uma área óbvia e que ainda não foi completamente descoberta. Foi de alguma forma descoberta, mas de forma romântica, com o vinho. Já existem investimentos brasileiros feitos na margem do Alqueva com muita expressão. Mas a produção de alimentos na Europa com investimento no nosso território tem um potencial de crescimento muito grande. E já há brasileiros a olhar para isso.

Para a agricultura?

Sim, para a agricultura. Não podemos dar-nos ao luxo de termos metade do país, ou dois terços do país, desertificado. E isso

aconteceu por conta de Portugal se ter especializado em consumir. Se for produzir outra vez, aí há uma oportunidade.

Como têm evoluído as exportações portuguesas para o Brasil? Quais são os produtos mais procurados pelos brasileiros?

Os de sempre. Isso não mudou muito. O azeite vale 30%, o vinho 20%. Há tanto vinho português no Brasil recebido com tanta alegria, com tanto entusiasmo que Portugal um dia destes não tem vinho português para beber em Portugal. Há muitos brasileiros a produzir vinho em Portugal.

E em sentido contrário?

O que vem do Brasil são os hidrocarbonetos, a soja e o milho, que são relativamente novos na balança comercial. Depois há aqueles dois negócios, a aeronáutica e tecnologia. 14% da balança comercial é constituída por produtos que têm a ver com a indústria aeronáutica, onde Portugal, apesar de não fazer aviões integraismente, é muito competitivo, com um cluster muito importante.

O dinheiro que está a ser investido pelos brasileiros em Portugal está a ficar cá ou está a regressar ao país?

Acredito que estamos numa fase em que o dinheiro se vai multiplicar aqui e os números dizem isso mesmo. Quando o investimento brasileiro passa de 2 mil milhões para 4 mil milhões, até pela natureza dos negócios onde ele está a ser investido, é normal que parte fique. Muito terá que ver com acordos de tributação e com o elefante dentro da sala há 20 anos, que se chama Mercosul. Os países não têm amigos tão interessados. Existe um interesse claro do Brasil em Portugal, até pela nossa natureza de 'soft power', de 'soft skills', de conseguirmos convencer países maiores e isso é a nossa história. ■

“Portugal é uma boa sala de reuniões para negócios”

Portugal pode ficar a ganhar com o acordo europeu com o Mercosul, acredita o diretor da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira.

O acordo da União Europeia com o Mercosul está mais próximo?

Está mais perto e pode ser disruptivo do ponto de vista da geopolítica internacional. Pela primeira vez, os EUA não sentam-se à mesa em igualdade. Isso nunca aconteceu na história da humanidade. E isso obriga a que o dinheiro fique cá. Quando a Lulada Silveira veio em novembro, falou com um dos ministros do Supremo Tribunal Federal, o Gilmar Mendes, que vive cá, tem cá um institu-

to que faz um trabalho muito importante de aproximação e a fundação Brasil-Europa. Se Portugal é um uma boa sala de reuniões para pessoas, será uma boa sala de reuniões para negócios. Se as pessoas que tomam decisões vivem em Portugal, Portugal terá um papel central na expressão que o Brasil quer dar de si próprio no mundo. O acordo não entrou em vigor porque não foi ratificado nos parlamentos, mas com o que acontece na Ucrânia...

Vai acelerar?

Vai ser preciso e acontecendo isso cria-se um bloco económico que nunca existiu e isso pode ser disruptivo para o mundo. ■

“Para um português se internacionalizar para o Brasil, não precisa de ir lá”

O fluxo de informação entre os dois países é historicamente desequilibrado, e o relacionamento cultural, económico e de negócios também passa por aí. Como classifica essa vertente das ligações entre Portugal e Brasil?

Existem redações da imprensa brasileira em Portugal de uma forma como nunca existiu antes, há correspondentes de todos os jornais, há novas televisões. A Band News, por exemplo, vai agora abrir um canal de televisão

internacional e vai começá-lo em Lisboa. Para um empresário português se internacionalizar para o Brasil hoje, ele não precisa de ir para o Brasil. Porque se tivermos quinhentos mil consumidores – e isto é um número conservador – com código cultural próprio, até com apetites comerciais e de consumo específicos... Semelhante a isso, provavelmente só o grupo de sócios do Benfica será maior do que o número de brasileiros. Portanto, essa internacionalização para o Brasil acontece aqui. ■

Respostas rápidas

CASTELO BRANCO

É a cidade onde nasci, onde ainda mora o meu pai, onde vou menos vezes do que gostaria.

FESTIVAL DE ÓBIOS

A cultura é o primeiro pináculo da confiança. A literatura é onde ela existe com mais intensidade. O trabalho nos primeiros três Follós aproximou-me muito do Brasil.

GRANDES AGÊNCIAS SECRETAS

Um livro que está publicado em Portugal e no Brasil e que me ensinou – na pesquisa – a entender mais de política internacional do que tudo o que tinha estudado na faculdade.

A ESPUMA DOS DIAS

É um sítio que eu visito pouco que é o meu blog e onde deixo coisas que têm que ver com o sentimento de cada dia.

ASSÉDIO SEXUAL

O que acontece nas notícias de todos os dias, não é só nas notícias de todos os dias, é na vida de todos os dias. E cabe muito aos homens tomarem a dianteira e fazer esse tipo de denúncias. Embora não seja necessariamente uma questão de género, é também uma questão de poder, e é um problema que está em todos os setores da nossa sociedade.

MAIORIA ABSOLUTA

Mau, sempre mau.

FAMÍLIA

O mais importante e central.

SONHO

Continuo a ter em mim todos os sonhos do mundo.

SAUDADES

Geríveis entre Portugal e o Brasil, saudades de cá e de lá, saudades sempre do futuro, não do tempo que já passou.

BRASIL

A melhor invenção de Portugal e o sítio onde sou mais feliz.

PORTUGAL

A minha pátria, o meu país.

CONVERSA CAPITAL

JOSÉ MANUEL DIOGO DIRETOR DA CÂMARA DE COMÉRCIO LUSO-BRASILEIRA

“A força centrípeta de Lisboa caiu nas boas graças da elite brasileira”

Ao visitar Portugal, Lula da Silva nomeou o país como porta de entrada do Brasil na Europa, diz o diretor da Câmara de Comércio. Lisboa tornou-se um polo de atração para brasileiros com capacidade de investimento.



HUGO NEUTEL
hugoneutel@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
MIGUEL BALTAZAR
Fotografia

A visita de Lula da Silva a Portugal é um momento “muito importante”, defende o diretor da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira. Em entrevista ao Negócios e Antena 1, José Manuel Diogo considera que o processo eleitoral “turbulento” no Brasil aproximou os dois países.

Qual a importância da visita de Lula da Silva a Portugal?

Era uma primeira há muito tempo desejada, foi muito trabalhada em Portugal e no Brasil. É realmente um momento importante. Diz-se que esta é a primeira viagem de Lula da Silva à Europa mas ele já esteve em Portugal depois de ser eleito. Esteve em novembro, veio ter algumas reuniões de trabalho

com personalidades ilustres do Brasil e pessoas com cargos públicos, magistrados, juizes que têm residência em Portugal. A relação do PT e de Lula da Silva [com Portugal] durante o turbulento processo eleitoral brasileiro aproximou os dois países. Junta-se outra coisa nova: a quantidade de brasileiros e de duplas nacionalidades. É um número que não se consegue somar.

Fala-se em 300 mil...

São mais com toda a certeza. Entre 275 mil e 300 mil são os que moram em Portugal com a situação legalizada. A esses não estão somados os 100 mil do processo de legalização rápida que aconteceu com o acordo de mobilidade da CPLP. E existem cerca de 400 mil com dupla nacionalidade. Os números consensuais serão à volta de meio milhão de brasileiros no país. Outro fenómeno curioso e recente é a força centrípeta de Lisboa, que caiu nas boas graças da elite. Lisboa passou a existir para os brasileiros

com poder económico, os de “alta renda” como eles dizem. Isso traz Portugal para o centro da equação.

Intensifica a relação?

Muda tudo. Os números crescem de forma assustadora. A balança comercial era de 2 mil milhões de euros em 2020 e foi de 5 mil milhões em 2022. Os números da balança comercial e do investimento direto – quer de Portugal no Brasil quer do Brasil em Portugal – mostram que a emigração mudou.

Lula quer fazer com que esses brasileiros regressem ao país?

Ele não pode dizer que não. Mas temos de entender uma coisa que é difícil de entender para europeus que vivem num espaço muito atomizado e com muitas nacionalidades. Portugal tem 10 milhões de habitantes e um território que é do tamanho do Espírito Santo, que é um dos estados mais pequenos do Brasil. O Brasil é uma potência global. Portugal precisa mais do Bra-

sil do que o Brasil precisa de Portugal. É capital para Portugal aproveitar essa oportunidade.

Lula da Silva não quer que este capital regresse ao país?

Ele tem essa narrativa de dizer que quer todos os brasileiros no Brasil. Muitos deles emigraram por questões políticas. Para a diplomacia brasileira e para o Brasil como potência global é muito importante terem este território – entre aspas –, com brasileiros decisores fazendo ponte com a Europa. Vou caminhar para seis anos como diretor da câmara e o “input” que recebemos dos brasileiros que querem vir hoje e há quatro anos é completamente diferente. Já não vêm à procura de segurança ou de um sítio para terem uma segunda casa ou um plano B. Hoje fazem investimentos, compram património e chamam outros brasileiros que também vivem no exterior. Quando Lisboa se torna numa Miami na Europa para os brasileiros “com

renda”, essa mudança faz com que Lula diga que quer todos os brasileiros no Brasil. Mas as ações falam mais alto. Ao visitar duas vezes, nomeia Portugal como porta de entrada do Brasil na Europa.

Lisboa é mesmo uma Miami para os brasileiros?

Uma historiadora brasileira, a Heloísa Starling, diz que os brasileiros sempre se olharam como se fossem não brasileiros. Olharam-se como portugueses no século XVIII, ingleses e franceses no século XIX, americanos no século XX e hoje talvez se olhem como portugueses de novo. Passaram 200 anos, houve mais do que tempo. Os brasileiros olham para Portugal com carinho e um olhar histórico. Apesar de haver um oceano no meio, o voo de São Paulo para Lisboa dura o mesmo tempo que o de São Paulo para Miami. Passou a ser natural para os brasileiros viverem em Portugal, investirem em Portugal. ■

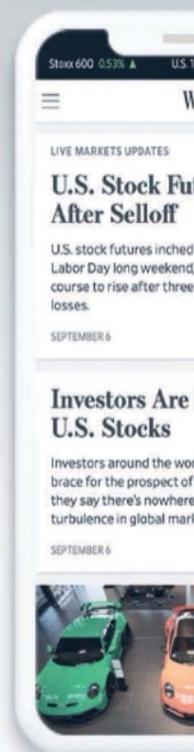
negocios



THE WALL STREET JOURNAL.

Abra portas ao mundo dos negócios

Assine o Jornal de Negócios e **aceda gratuitamente à assinatura digital do Negócios e do The Wall Street Journal** durante um ano, por apenas 399,80 €



Vantagens de ser assinante:

- ▶ Receba comodamente o Jornal de Negócios, de segunda a sexta-feira, na morada que indicar*, sem custos adicionais.
- ▶ Acompanhe a atualização noticiosa da redação do Negócios ao minuto, no site ou na app, sem limites e sem publicidade intrusiva.
- ▶ Receba diariamente no seu email um resumo do que mais importante se passa na economia nacional e atualizações nos 3 momentos-chave dos mercados financeiros, através das newsletters Dow Jones Bolsa.
- ▶ Usufrua de ofertas, convites e condições especiais de acesso a conferências e eventos promovidos pelo Negócios e seus parceiros.
- ▶ Acesso a uma assinatura anual digital do The Wall Street Journal, com notícias, análise e cobertura internacional dos principais acontecimentos mundiais, entrevistas exclusivas, newsletters, podcasts, na web, no tablet e no telemóvel.

negocios
PREMIUM

Saiba mais:



*Para confirmar se a sua morada está abrangida por este serviço, por favor, contacte o Serviço de Apoio ao Cliente Tel.: (+351) 210 494 999 (chamada para a rede fixa nacional), dias úteis das 9h-18h GMT | Email: assine@cofina.pt

ECONOMIA



Os contribuintes que fizeram a venda no ano passado terão três meses após a entrada em vigor da lei para proceder à amortização do empréstimo.

PACOTE HABITAÇÃO

Mais-valias das vendas de 2022 também têm benefício

Quem tiver vendido imóveis no ano passado, pode este ano utilizar as mais-valias para amortizar créditos à habitação, beneficiando de isenção de IRS sobre esses valores. Medida é alargada na nova versão da proposta do Governo, mas só contam habitação e terrenos para construção.

FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt

As mais-valias resultantes da venda de imóveis realizadas entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022 e que sejam usadas para amortizar empréstimos contraídos para compra de habitação própria ficam isentas do pagamento de imposto. A medida

consta da proposta de lei enviada pelo Governo ao Parlamento e que concretiza o pacote “Mais Habitação”. Trata-se de um regime excecional, que constava já da primeira versão da proposta colocada em consulta pública, mas que aí se previa que se aplicasse apenas às transmissões realizadas em 2023 e 2024.

A este alargamento do âmbito de aplicação soma-se, contudo, uma restrição. É que se inicialmente o articulado preparado pelo Governo falava em “imóveis” não destinados “a habitação própria e permanentemente do sujeito passivo ou do

seu agregado familiar”, não discriminando entre os vários tipos de imóveis que poderiam estar em causa, agora a proposta de lei é mais concreta. Assim, o benefício só será aplicável desde que esteja em causa a “transmissão onerosa de terrenos para construção ou de imóveis habitacionais que não sejam destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar”.

Esta nova formulação exclui, nomeadamente, imóveis destinados a atividades comerciais ou industriais ou prédios rústicos e terrenos não urbanizados. Mas

vai de encontro ao objetivo mais genérico do Governo com este pacote: dinamizar o mercado, trazendo mais imóveis para o mercado e, também, permitir às pessoas que reduzam a sua dívida ao banco, numa altura de taxas de juro muito elevadas.

Para as famílias, pode ser vantajoso e particularmente apetecível para proprietários que tenham imóveis herdados, nos quais, em regra, a mais-valia obtida é elevada. Ou mesmo em casas adquiridas já há alguns anos, dada a grande valorização que o mercado teve nas últimas duas décadas.

O regime – excecional, na medida em que vem já com limites temporais – permitirá, assim, aos proprietários venderem um imóvel que tenham para depositar o produto da venda na amortização do empréstimo bancário da sua casa de habitação permanente ou da dos seus descendentes.

Está em causa o valor da venda já depois de ter sido também liquidado eventual empréstimo bancário associado àquele imóvel. Os montantes remanescentes, que normalmente pagariam mais-valias em sede de IRS, podem então ser aplicados para pagar o cré-

Sérgio Lemos

25%

TAXA

IRS a que serão tributadas as rendas nos contratos de duração até cinco anos.

2024

EXCECIONAL

A possibilidade de isenção de IRS para as mais-valias vigora até ao fim do ano que vem.

3

CALENDÁRIO

Depois da venda, os contribuintes têm três meses para abater o crédito habitação.

dito à habitação do contribuinte e ficar isentos deste imposto, algo que, pela lei geral, só é possível quando está em causa a venda da própria habitação e o valor é depois reinvestido noutro imóvel também destinado a ser a casa de morada da família.

Na prática, se o valor remanescente for superior àquele que é necessário para amortizar o empréstimo da casa de habitação (do contribuinte ou dos filhos), então o respetivo montante será tributado de acordo com as tais regras gerais do IRS, que estabelecem que as mais-valias de imóveis pagam IRS por 50% do seu valor e são englobadas, ou seja, aplicam-se-lhes taxas progressivas normais do imposto.

Prazo de três meses

Para que o Fisco aceite a isenção, a amortização do empréstimo da casa de habitação própria e permanente terá que ter ocorrido dentro de determinados prazos fixados também na proposta de lei. Assim, se estiver em causa o produto de uma venda realizada no ano passado, então o contribuinte terá de proceder à amortização do empréstimo no prazo de três meses a contar da entrega

em vigor do novo diploma.

Já para as transmissões realizadas em 2023 e 2024, os sujeitos passivos têm os mesmos três meses, a contar da data da transação, para irem ao banco amortizar o empréstimo, sob pena de terem mesmo de pagar IRS sobre as mais-valias.

Tudo terá de constar na declaração de IRS do ano seguinte, sendo que a proposta de lei acrescenta que a Autoridade Tributária e Aduaneira poderá, depois da entrega do modelo 3 de 2023 e de 2024, exigir a apresentação de documentos comprovativos "da amortização de capital em dívida em crédito à habitação destinada à habitação própria e permanente."

A proposta de lei do Governo terá ainda de ser discutida na Assembleia da República e será debatida na especialidade juntamente com várias outras propostas também relacionadas com questões de habitação entregues pelos restantes partidos com assento parlamentar. Neste contexto, pode vir a sofrer alterações, sendo certo que, para tal, será preciso o apoio do PS, que dispõe de maioria parlamentar. ■

Descidas de IRS são só para rendas novas ou renovações

Proposta entregue no Parlamento clarifica que as novas taxas de IRS aplicadas às diferentes durações de arrendamento, só se aplicam aos novos contratos e a renovações.

As reduções na taxa de IRS anunciadas pelo Governo no âmbito do pacote "Mais Habitação" serão aplicadas apenas aos novos contratos de arrendamento e às respetivas renovações que venham a acontecer. Quanto aos contratos já em vigor, só beneficiarão da redução se chegarem ao fim do seu prazo e forem renovados já depois da entrada em vigor da nova lei.

A diferenciação decorre da proposta de lei entregue pelo Governo no Parlamento, a qual contém uma "norma transitória em matéria fiscal" na qual se pode ler que "o disposto nos n.ºs 2 a 5 do artigo 72.º do Código do IRS [relativos às taxas especiais de IRS para o arrendamento habitacional], na redação introduzida pela presente lei, aplicam-se a novos contratos de arrendamento e respetivas renovações contratuais, bem como às renovações dos contratos de arrendamento em vigor verificadas a partir da data de entrada em vigor da presente lei".

As reduções fiscais, com as quais o Governo quer convencer os proprietários a apostar em cada vez mais no arrendamento habitacional, são uma das principais componentes do "Mais Habitação" em matéria fiscal. Basicamente, mantém-se a redução da taxa em função da duração do contrato, sendo que o ponto de partida, em vez dos atuais 28% para contratos até dois anos, passam a ser 25% para contratos até cinco anos. Para durações contratuais entre cinco e dez anos a taxa cai de 23% para 15% e os contratos entre dez e 20 anos

passam a pagar só 10% (atualmente são 14%). Acima dos 20 anos, a taxa de IRS será de apenas 5%, contra os atuais 10% previstos no código do IRS.

A ideia é também fomentar o arrendamento habitacional de longa duração, já que um dos problemas que se tem vindo a verificar atualmente é a tendência para contratos pouco estendidos no tempo, findos os quais o senhorio pode mudar de inquilinos e aumentar a renda.

Isenções de IRS em casos específicos

Esta proposta, recorde-se, tem também previstas outras medidas significativas em matéria de IRS das rendas, caso das isenções previstas para os proprietários de imóveis em alojamento local que decidam mudar de atividade e passar para o arrendamento habitacional – nesse caso, beneficiarão de uma isenção de IRS (ou de IRC, se for o caso), que será aplicada aos rendimentos prediais obtidos até 31 de dezembro de 2024.

Ficarão igualmente isentos de IRS os rendimentos de rendas de contratos antigos, anteriores a 1990. Estes contratos ficam congelados, na medida em que não transitarão para o novo regime do arrendamento urbano, mas os senhorios terão compensações e uma delas será, precisamente, a isenção de IRS nas rendas (atualmente pagam 28% ou a taxa progressiva de IRS correspondente à totalidade dos seus rendimentos, caso optem pelo englobamento). ■

FILOMENA LANÇA

TOME NOTA

As medidas fiscais do "Mais Habitação"

O programa aposta em várias benesses de natureza fiscal para convencer os proprietários a apostar em no arrendamento a ou por em as suas casas no mercado.

REDUÇÕES NA TAXA DO IRS

Como já acontece, os arrendamentos pagam menos IRS em função da duração dos contratos. Até aos cinco anos a taxa passa a ser só de 25% (agora são 28%). No limite, os contratos acima de 20 anos beneficiarão de uma taxa de apenas 5% de IRS. Estas taxas reduzidas são apenas para o arrendamento habitacional.

ISENÇÕES DE IRS ESPECÍFICAS

Os proprietários de imóveis com arrendamento anteriores a 1990 vão ter isenção de IRS sobre as rendas. É uma compensação pelo facto de estes contratos não transitarem para o NRAL. Quem de deixar o alojamento local e passar para a habitação não paga IRS até fim de 2029 e a renda acessível também fica isenta.

RENDA ACESSÍVEL COM INCENTIVOS

A promoção e construção de habitação que tenha pelo menos 70% de renda acessível vai beneficiar de taxa de IVA a 6%. Os imóveis ficarão isentos de IMI por três anos, isenção de IMT na compra e, ainda, isenção de AIMI. Os contratos de arrendamento também ficam dispensados do pagamento do selo.

SEGUROS DE RENDA DEDUTÍVEIS

Os proprietários que tenham os seus imóveis no arrendamento e que subscrevam seguros de renda passam a poder deduzir os custos respetivos ao rendimento bruto da categoria F do IRS, de rendimentos prediais. Até agora estes seguros não são dedutíveis.

ECONOMIA

FINANÇAS PÚBLICAS

Despesa nacional emagrece mais que a média do euro

Apesar de o Governo ter carregado na despesa com medidas extraordinárias na reta final do ano passado, Portugal acabou em 2022 por reduzir mais o peso dos gastos públicos no PIB do que a maioria dos parceiros europeus.

MARIA CAETANO

mariacaetano@negocios.pt

Portugal ficou no ano passado entre os países europeus com maiores reduções do peso da despesa pública na riqueza anual, com a descida dos gastos em percentagem do PIB a superar aquela que ocorreu na média da Zona Euro.

Em 2022, o peso da despesa pública nacional caiu de 47,7% para 44,8% do PIB, num recuo de 2,9 pontos percentuais. Já na média da moeda única, o emagrecimento foi de 1,9 pontos percentuais, de 52,6% para 50,7% do PIB, nos dados avançados no final da última sexta-feira pelo Eurostat no reporte anual dos procedimentos dos défices excessivos.

Entre os 27 da União Europeia, Portugal teve a 11.ª maior dieta de gastos, sustentada num dos mais fortes crescimentos económicos anuais no denominador do peso da despesa, o PIB.

A evolução refletiu sobretudo a contenção salarial da Função Pública, com atualizações salariais desfasadas no tempo face à evolução da inflação, e a retirada de apoios da pandemia no lado dos gastos social. Já o fator retardador do impacto da inflação na evolução das pensões foi, em parte, mitigado com o apoio extraordinário a pensionistas do final do ano.

O complemento inicialmente pensado para compensar um corte para metade na atualização regular destas prestações sociais em 2023, num impacto de 990 milhões de euros, esteve entre as medidas com as quais o Governo carregou na despesa no último trimestre de 2022 e que justificaram



Peso das receitas no PIB caiu na maioria dos países, incluindo Portugal.

o défice de 0,4% do final do ano.

Pesaram também, no final do ano, novos apoios a famílias carenciadas (370 milhões) e o cheque de 125 euros aos rendimentos baixos e médios (640 milhões), ou ainda a última injeção de 990 milhões na TAP, garantida já depois do Natal.

Mas os gastos adicionais não contrariaram a redução global do peso da despesa pública, maior do que aquela que se verificou na maioria dos países da União Europeia. Só Dinamarca, Grécia, Eslovénia, Letónia, Croácia, Chipre,

0,4%
DÉFICE

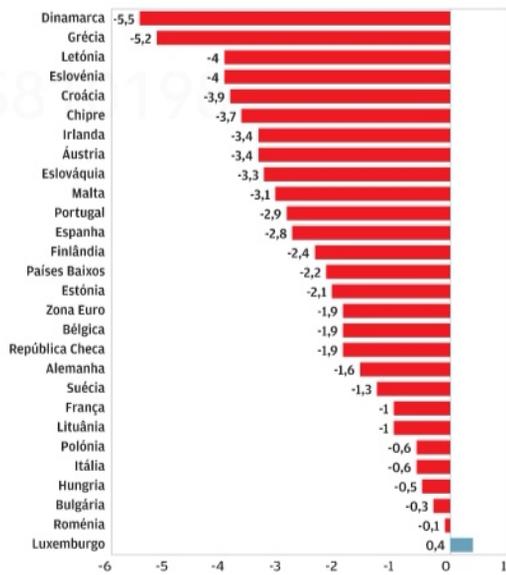
Portugal esteve entre os 20 países da UE com défices mais baixos em 2022. Na dívida, teve o 3.º maior corte, para 113,9% do PIB.

Patrick Seeger/Epa

SÓ LUXEMBURGO AUMENTOU PESO DOS GASTOS

Varição do peso da despesa pública no PIB, em pontos percentuais

Com quebras de até 5,5 pontos percentuais, a quase totalidade dos países do bloco europeu viu regredir o peso da despesa pública – exceção para o Luxemburgo. A quebra média na Zona Euro foi de 1,9 pontos percentuais.



Fonte: Eurostat

Irlanda, Áustria, Eslováquia e Malta tiveram descidas superiores num quadro que foi apesar de tudo de emagrecimento generalizado (apenas o Luxemburgo aumentou o peso da despesa pública no PIB).

Mesmo assim, só cinco dos 27 colocaram o peso da despesa ao nível pré-pandemia ou mais baixo do que aquele que tinham em 2019: Dinamarca, Estónia, Irlanda, Croácia e Suécia.

Já no que toca ao peso das receitas no PIB, a maioria dos países da União – incluindo Portugal

– assistiu também a uma quebra, com os aumentos na arrecadação a não chegarem para acompanhar subidas do PIB (ou devido a recessão, no caso da Estónia). Houve ainda assim oito países onde as receitas engordaram acima do PIB: Bulgária, Roménia, França, Itália, Chipre, Hungria, Países Baixos e Eslováquia.

Em Portugal, a descida do peso das receitas foi de 0,5 pontos percentuais, para 44,4% do PIB. Na média da Zona Euro, o recuo foi de 0,2 pontos percentuais, para 47,1% do PIB. ■

DÍVIDA

Endividamento das famílias está a abrandar há cinco meses seguidos

Dívida das famílias registou em fevereiro o maior alívio desde 2013, numa altura de juros elevados. Empresas estão também a endividar-se menos. Já a dívida do Estado tem estado a aumentar.

Com as condições de financiamento a tornar-se menos favoráveis à medida que a subida dos juros se vai fazendo sentir nos créditos, os portugueses têm vindo a reduzir progressivamente as dívidas em carteira. Em fevereiro, o endividamento das famílias voltou a recuar pelo quinto mês consecutivos, enquanto a dívida do setor público continua a aumentar.

Os dados do Banco de Portugal, divulgados na passada sexta-feira, indicam que, em fevereiro, o endividamento dos particulares – famílias e instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias – decresceu 0,2 mil milhões para um total de 151,9 mil milhões de euros. Esse recuo na dívida das famílias aconteceu “essencialmente” junto dos bancos, a quem as famílias recorrem mais na contratação de créditos para a habitação, compra de carro, educação, etc.

Ainda assim, em comparação com igual período do ano passado, a dívida das famílias aumentou 3%, o que indicia que, apesar do abrandamento mensal, o endividamento das famílias está ainda a subir. O valor é, porém, inferior ao verificado em janeiro (3,6%).

Em termos nominais, também a dívida das empresas privadas decresceu em fevereiro. Segundo o

banco central liderado por Mário Centeno, o endividamento do setor privado reduziu-se 1,2 mil milhões de euros em fevereiro, com uma diminuição de 0,6 mil milhões perante o exterior e 0,5 mil milhões junto do setor financeiro. Ao todo, a dívida das empresas atingiu os 288,7 mil milhões no segundo mês deste ano.

Mas, em comparação com igual mês do ano passado, o endividamento das empresas privadas cresceu 1,2%, menos 0,6 pontos percentuais face a janeiro.

A dívida das famílias e empresas privadas continuou, assim, a representar mais de metade do endividamento da economia nacional (considerando todos os agentes económicos à exceção da banca), que aumentou 7,6 mil milhões de euros em fevereiro, para 802 mil milhões. Mais de metade desse montante, mais precisamente 440,6 mil milhões de euros, era dívida do setor privado. O restante montante dizia respeito ao setor público (administrações públicas e empresas públicas).

No caso do setor público, houve uma subida do endividamento de 9 mil milhões, para 361,4 mil milhões, em fevereiro. Esse aumento deu-se sobretudo junto das administrações públicas (mais 5,7 mil milhões), devido à “emissão de 3,7 mil milhões de euros de obrigações do Tesouro subscrita pela Caixa Geral de Aposentações”. Já o endividamento junto da banca subiu 1,5 mil milhões.

Há a destacar ainda para a subida do endividamento do setor público junto dos particulares, que cresceu 2 mil milhões, “principalmente pelo investimento das famílias em certificados de aforro”. Estes produtos de poupança do Estado continuam a despertar interesse com a subida da Euribor. ■

JOANA ALMEIDA

STAY
BY UPON LISBON



Muito mais do que um restaurante, um espaço irreverente que convida ao “Business as Unusual”

Venha descobrir o STAY by Upon Lisbon! Um espaço descontraído que oferece muito mais do que uma boa refeição. Hambúrgueres feitos à moda antiga e saladas deliciosas são apenas algumas das opções que convidam a boas conversas e ainda melhores negócios!

Reservas:
stay@stayupon.com
211 549 641

Localização:
Rua António Alçada Batista, 5
1500-911 Lisboa

Horário:
Aberto todos os dias
das 12h30 às 22h30

https://uponlisbon.com
instagram@stay.uponlisbon

Powered by:

STAYUPON
restaurant group

152

DÍVIDA DAS FAMÍLIAS

Milhares de milhões de endividamento das famílias em fevereiro. É menos 0,2 mil milhões face a janeiro, sobretudo junto dos bancos.

EMPRESAS

CONCESSÕES

Terminais portuários de Lisboa vão a concurso em 2024

O Porto de Lisboa não tenciona prorrogar por cinco anos as concessões de cinco terminais, preferindo lançar já concursos com prazos mais longos para que sejam feitos investimentos ambientais e na integração urbana.

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

A Administração do Porto de Lisboa (APL) já começou a responder aos concessionários dos terminais portuários da zona oriental da capital que não tem intenção de prorrogar estas concessões por mais cinco anos, como lhe está a ser pedido, mas que tencionam avançar com concursos públicos.

Ao Negócios, o presidente da APL, Carlos Correia, adiantou que o prazo das cinco concessões termina entre 2025 e o início de 2026, pretendendo lançar os concursos já em 2024, de forma gradual. O primeiro concurso que será lançado, assegurou, será o do terminal de grãos alimentares do Beato, concessionado à Silopor, que está em liquidação desde 2001 e sem capacidade de fazer investimentos.

Os concessionários dos outros quatro terminais – “multipropósito” de Lisboa, de contentores de Santa Apolónia, multiusos do Beato e multiusos do Poço do Bispo – são os grupos ETE, Yilport e Ership, que já fizeram pedidos de prorrogação dos contratos por mais cinco anos – depois de uma primeira prorrogação por outros cinco. Essa é uma possibilidade que os contratos preveem, mas que para Carlos Correia seria “perder a oportunidade” e “adiar a solução por mais cinco anos”.

É que, alega o presidente da APL, os investimentos que são ne-

“

A prorrogação por períodos curtos não permite fazer os investimentos que os terminais necessitam. Os equipamentos estão obsoletos e a envolvente está pouco cuidada.

CARLOS CORREIA
Presidente da APL

”

cessários fazer naqueles terminais “são significativos e necessitam de um período de amortização longo”. Pelo contrário, diz, “a prorrogação por períodos curtos – de cinco anos – não permite fazer os investimentos que os terminais necessitam”, em que se incluem equipamentos movidos a tração elétrica, energias alternativas e a melhoria da integração dos terminais no espaço urbano, explica. “Hoje os equipamentos estão obsoletos e a envolvente está pouco cuidada”, afirmou, considerando que o aproximar do fim do prazo destas concessões “é uma oportunidade para os terminais”.

A intenção da APL é assim de lançar os concursos públicos pelo período adequado ao investimento que será realizado, admitindo

Carlos Correia que, aprovada que seja a alteração legislativa que o Governo prepara – que envolve, à semelhança do que já acontece em Espanha, o aumento dos prazos das concessões portuárias até aos 75 anos –, nestes concursos o prazo das concessões já não esteja limitado aos 30 anos atuais.

“Vamos exigir investimento em sustentabilidade e modernização nos cadernos de encargos e serão esses os critérios de avaliação”, afirmou o responsável, acrescentando que “vamos impor um nível de modernização dos equipamentos, soluções mais sustentáveis e melhoria do espaço envolvente – como arborização e requalificação dos acessos –, o que só é possível com investimento e um prazo mais longo”.

Silopor é o mais apetecível

O primeiro terminal que a APL pretende lançar a concurso é o da Silopor, empresa gerida pela comissão liquidatária e sem condições para fazer investimentos. Com uma nova concessão, Carlos Correia acredita que será assegurado o investimento na modernização de um terminal que tem “uma importância estratégica”, já que é pelo porto de Lisboa que entram quase 70% dos cereais que chegam a Portugal.

“Vamos lançar primeiro o concurso da Silopor, que vai ser clarificador”, afirmou, explicando que “é a concessão mais apetecível e que garante a maior rentabilidade”. Já os restantes concursos “vão ser espaçados por três meses ao longo de 2024”, acrescentou.

“Queremos que haja investimento da parte dos futuros conces-

“

Vamos exigir investimento em sustentabilidade e modernização nos cadernos de encargos e serão esses os critérios de avaliação.

CARLOS CORREIA
Presidente da APL

”

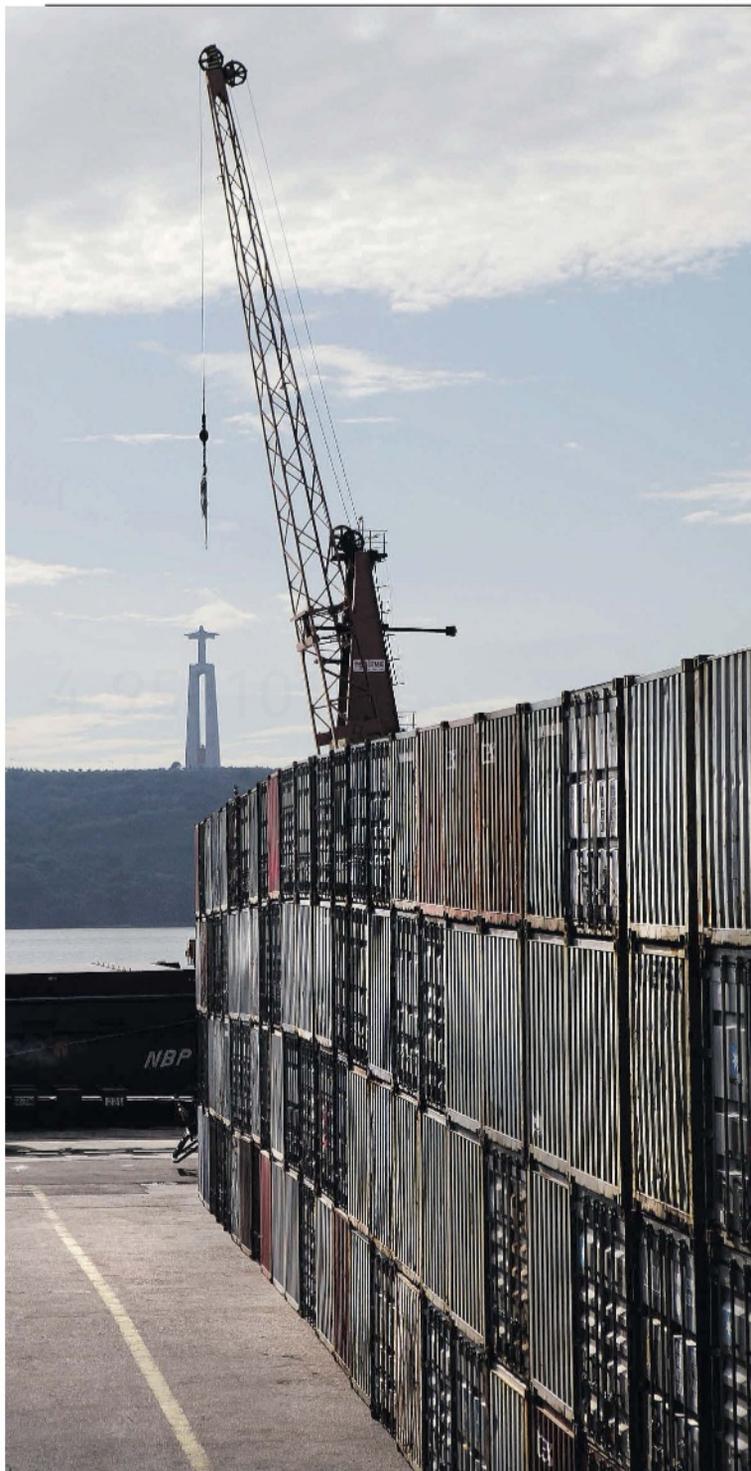
sionários na modernização da infraestrutura”, afirmou Carlos Correia, explicando que não se trata de obras de construção civil, já que não têm espaço de crescimento, mas melhorias na eficiência dos terminais através de equipamentos mais modernos, para que consigam aumentar a capacidade de movimentação. “São terminais com mais potencial do que estão a ter”, aponta.

O lançamento dos concursos públicos, que do lado da APL está já decidido é, em seu entender, “a melhor solução para o interesse público”. Já do lado do Governo, a quem os concessionários têm também apresentado as suas razões para haver uma prorrogação, a orientação tem sido no mesmo sentido que a APL defende. ■



Carlos Correia diz que a APL está a

Pedro Elias



preparar os concursos para as novas concessões.

TOME NOTA

Os cinco terminais da zona oriental de Lisboa

O prazo das cinco concessões de terminais portuários da zona oriental da capital terminam entre 2025 e o início de 2026. O terminal da Silopor vai ser o primeiro a ir a concurso.

TERMINAL DE GRANÉIS ALIMENTARES DO BEATO

Está concessionado à Silopor, empresa de silos portuários que está em liquidação desde 2001 e é gerida pela comissão liquidatária. Este é um terminal de serviço público que assegura a distribuição de cereais e outros produtos agroalimentares, designadamente para a indústria panificadora e cervejeira da área de abrangência do porto de Lisboa. O terminal, que recebe granéis alimentares de regiões produtoras como França e Reino Unido, tem uma área de 3,2 hectares e uma capacidade de movimentação de mais de 1,3 milhões de toneladas por ano.

TERMINAL MULTIPURPOSE DE LISBOA

O TSA - Terminal de Santa Apolónia é o concessionário deste terminal desde abril de 2015, sendo constituído pela ETE (Empresa de Tráfego e Estiva) e pelo grupo Sousa. Este terminal recebe essencialmente navios que ligam Portugal continental às regiões autónomas da Madeira e dos Açores, e à costa ocidental africana (Cabo Verde e Guiné Bissau). Ocupa uma área de 4,9 hectares e tem uma capacidade de movimentação de 100 mil TEU (unidade equivalente a um contentor) por ano.

TERMINAL DE CONTENTORES DE SANTA APOLÓNIA

O terminal de contentores de Santa Apolónia está concessionado à Sotagus, do grupo Yilport, e oferece serviços diretos para a África Ocidental (como Angola), Norte da Europa e ilhas portuguesas. Tem uma área de 10,7 hectares e uma capacidade de movimentação de 450 mil TEU por ano.

TERMINAL MULTIUSOS DO BEATO

A Ership Lisboa é a concessionária deste terminal multiusos, depois de ter ganho o concurso público em 2000. Este terminal recebe todo o tipo de carga geral, bem como alguns tipos de granéis sólidos, acolhendo essencialmente navios que ligam Portugal continental a países do Mediterrâneo, África do Sul e América do Sul. Ocupa 3,7 hectares e tem uma capacidade de movimentação que totaliza as 564 mil toneladas por ano, estando também vocacionado para a logística do frio.

TERMINAL MULTIUSOS DO POÇO DO BISPO

Está concessionado à ETE e tem uma dinâmica exportadora, tendo como principais mercados o mercado europeu e o africano. Este terminal movimenta todo o tipo de carga, designadamente carga fracionada, contentorizada, granéis sólidos e líquidos, tendo uma capacidade de movimentação total de mais de 1,1 milhões de toneladas por ano. Ocupa uma área de 3,4 hectares.

Publicidade

ALDEAMENTO TURÍSTICO MALVEIRA-GUINCHO

ASSEMBLEIA GERAL DE PROPRIETÁRIOS

CONVOCATÓRIA

MALVEIRA GUINCHO, DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E IMOBILIÁRIO, S.A., na qualidade de Entidade Exploradora do Aldeamento Turístico supra-referido e enquanto Administradora do mesmo, vem nos termos do disposto no Art. 9º do Regulamento de Administração convocar todos os proprietários para a realização de Assembleia Geral a ter lugar na recepção do Aldeamento, no dia 23 de maio de 2023, pelas 18.00 horas, através da funcionalidade zoom, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apresentação e Aprovação das contas relativas ao exercício de 2022;
 2. Apresentação e Aprovação do orçamento para o ano de 2023;
 3. Quotas em atraso, medidas a tomar;
 4. Outros assuntos de interesse geral.
- (1) Se à hora indicada não estiver online o número de Proprietários suficientes para se obter quórum constitutivo, a Assembleia realiza-se à meia-noite no mesmo local.
- (2) Sem prejuízo do resumo das contas a apresentar e aprovar na Assembleia que se junta à presente convocatória, toda a documentação de suporte à sua elaboração encontra-se disponível na recepção do empreendimento, no horário das 14.30h às 18.00h, onde pode ser consultada por qualquer proprietário interessado, até à véspera do dia da realização da Assembleia.
- Cascais, aos 04 de abril de 2023

O Administrador
António Simões de Almeida

EMPRESAS

MOBILIDADE

Autocarros elétricos da portuguesa Oceântia aceleram para Lanzarote

Nascida durante a pandemia, a Oceântia vai entregar o primeiro autocarro elétrico “até final de maio”. A carteira de encomendas para este ano ascende a 25 veículos, com um valor que supera os oito milhões de euros.

PEDRO CURVELO

pedrocurvelo@negocios.pt

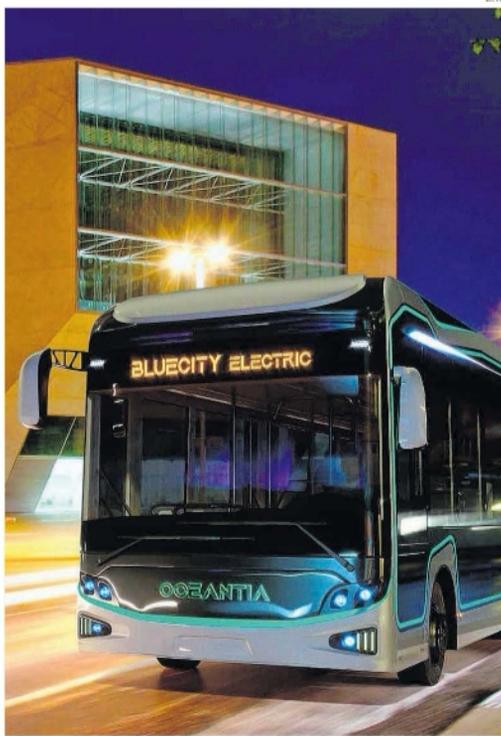
A startup portuguesa Oceântia venceu o concurso para fornecer dois autocarros elétricos ao município de Arrecife na ilha espanhola de Lanzarote, que foi refúgio do Nobel da Literatura José Saramago.

A empresa fundada por Valter Duarte e João Queirós Lino em outubro de 2020, em plena pandemia da covid-19, foi a vencedora de uma corrida a dois para fornecer os veículos, de 45 lugares. O contrato tem o valor de 784.200 euros “mais IVA”, indicou ao Negócios Valter Duarte.

A Oceântia “conta atualmente com uma carteira de encomendas de 25 veículos para entrega até final deste ano, revela. O primeiro autocarro deverá ser entregue ao município de Fornos de Algodres, no distrito da Guarda, “muito em breve, até final de maio”, acrescenta o engenheiro que integrou como adjunto o gabinete de três secretários de Estado dos Transportes: Carlos Correia da Fonseca, do último Governo de Sócrates, Sérgio Monteiro e Miguel Pinto Luz, ambos dos Governos liderados por Passos Coelho.

Nesta fase, e depois de vários financiamentos, nomeadamente através da GoParity, “fintech” dedicada a investimentos sustentáveis e por via colaborativa, a Oceântia é responsável por todo o desenho e engenharia dos autocarros, que são fabricados no estrangeiro, em “outsourcing”.

E para quando a produção em Portugal? Valter Duarte e João Lino indicam que essa fase “mais



A empresa já tem encomendas no valor de 8 milhões de euros este ano.

exigente em capital” está ainda distante.

“O nosso projeto passa por uma segunda fase em que parte da montagem dos veículos seja feita em Portugal. Esperamos conseguir fazê-lo dentro de dois a três anos”, indicam.

Quanto a contar com a produção integral em Portugal, o horizonte deverá ser mais longo. “Diria que, se tudo evoluir bem, dentro de oito a 10 anos”, avança João Queirós Lino, que ao longo da sua carreira trabalhou na área indus-

trial, nomeadamente na metalúrgica Oliva 1925 - Soluções de Fundição, em São João da Madeira, mas também na área de equipamentos de laboratórios, máquinas gráficas e, já no setor dos transportes, na espanhola Avanza e na Transdev, de onde saiu para a “aventura” da Oceântia.

Carteira de encomendas já com 25 autocarros

Os fundadores da startup assumem que nesta primeira fase optaram por autocarros de menor di-

25

AUTOCARROS

A atual carteira de encomendas prevê que sejam entregues até ao final do ano 25 autocarros elétricos.

8

MILHÕES DE EUROS

O valor dos contratos assinados pela Oceântia para fornecer os autocarros superam já os 8 milhões de euros.

2

LANZAROTE

O concurso ganhou nas Canárias prevê a entrega de dois autocarros elétricos com 45 lugares cada.

carros, cresça ao longo do ano.

Os veículos serão entregues até final do ano, uma vez que os fundos comunitários de apoio aos municípios para a compra destes veículos obrigam a que os autocarros sejam entregues até 31 de dezembro de 2023.

Além de Fornos de Algodres, a Oceântia conta com uma encomenda de 12 unidades por parte da Câmara Municipal de Coimbra no valor de 3,36 milhões de euros, e tem contratada a entrega de mais uma dezena de autocarros a municípios como Alvito, Cadaval, Caminha, Castro Verde, Crato, Covilhã, Ourém, Sever do Vouga e Vieira do Minho.

No total, a carteira de encomendas doméstica ascende a 7,2 milhões de euros, aos quais há que somar os quase 800 mil euros do contrato conquistado nas Canárias, para um total superior a oito milhões de euros.

João Queirós Lino sublinha a importância que estes autocarros, muitos deles destinados ao transporte escolar, têm para regiões do interior e com menor densidade populacional.

Capital fechado para já

Os dois sócios da Oceântia revelam ainda que já foram abordados por investidores institucionais, nomeadamente fundos, para financiamento. Mas as contrapartidas em participação no capital propostas levaram Valter e João a recusar.

“Não iremos ceder uma fatia importante do capital a preços de saldo”, diz Valter Duarte.

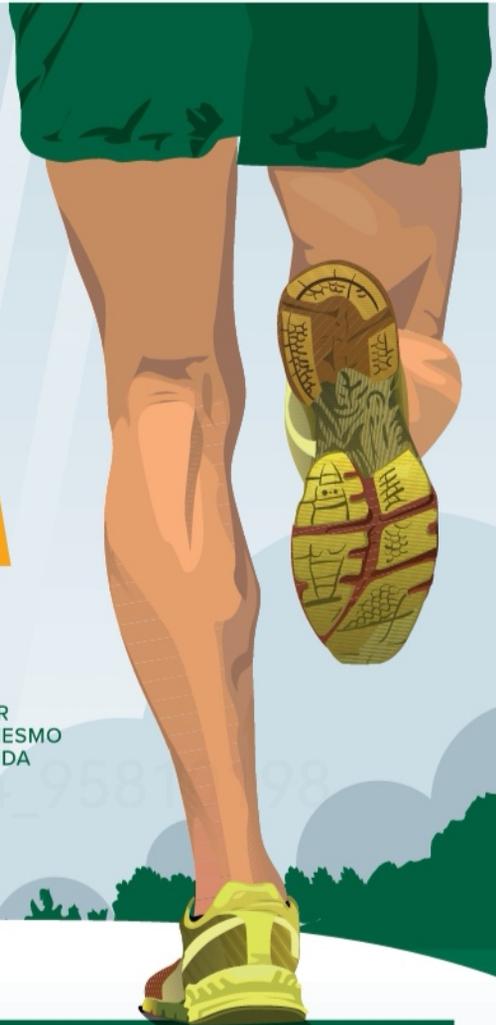
“Quando chegarmos à fase de maior investimento para instalação de unidades seja de montagem ou de produção, provavelmente iremos abrir o capital. Mas para já estamos confortáveis com o nosso modelo”, concluem. ■

www.lisbonecomarathon.pt

7 MAIO 2023 VEM CORRER NA CIDADE NO MEIO DA NATUREZA

PARQUE EDUARDO VII > MONSANTO

3 DISTÂNCIAS E UMA CAMINHADA · FÁCIL ACESSO POR
TRANSPORTES PÚBLICOS · PARTIDA E CHEGADA NO MESMO
LOCAL · ESTACIONAMENTO COBERTO A 20M DA PARTIDA



LISBON ECO MARATHON

42.2K > 21.1K > 12K

ECO PARTNER

sociedade
ponto verde

MAIN SPONSOR

MULTICARE Vitality
FIDELIDADE

MEDIA PARTNERS

cm **SÁBADO**



O elogio da estratégia das energias renováveis

Plano do Governo com “fraca ambição”

“Queremo-nos manter na liderança desta transição climática e, neste sentido, Portugal foi o primeiro país a assumir o compromisso de alcançar a neutralidade carbónica em 2050”, lembrou a ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva.

David Cabral Santos



A ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, encerrou a conferência, em Cascais.

FILIPE S. FERNANDES

“Segundo a Comissão Europeia, somos o país mais bem colocado da União Europeia para cumprir as metas climáticas para 2030 e não um crescimento económico sustentável sem o cumprimento destas metas”, afirmou Mariana Vieira da Silva, ministra da Presidência durante o encerramento da Grande Conferência Negócios Sustentabilidade 20|30.

As alterações climáticas, a instabilidade económica e a tur-

bulência nos mercados energéticos com reflexo na volatilidade dos preços, por causa da invasão da Ucrânia pela Rússia, fazem com que a aceleração dos investimentos nas energias renováveis seja uma urgência de forma a “assegurar menos emissões, preços mais baixos e maior soberania energética”, adiantou também.

Este foi também o ponto de partida para uma reflexão sobre as opções governativas do Executivo. “Portugal investe há muito anos em energias renováveis e que importa destacar porque quando se iniciam este tipo de investimentos de médio e longo prazo podem parecer, no momento em que são feitos, que não centrais e que passam ao lado do que seriam as urgências mais imediatas”, sublinhou também.

A ministra da Presidência acrescentou que em “2023 estamos a beneficiar tanto a economia como os cidadãos com um investimento que quando foi feito gerou muito debate, mas hoje é uma aposta ganha que o país fez”. Daí que Portugal tenha hoje “a sexta eletricidade mais barata da União Europeia, o que contribui para a competitividade das nossas empresas e e para o nosso crescimento”.

Segundo a ministra, o sucesso das políticas públicas reflete-se noutros indicadores chave como a redução de emissões, o peso das energias renováveis no consumo da energia e na qualificação dos recursos humanos, seja por via da redução do abandono escolar precoce. “Hoje 43% dos jovens com 20 anos frequentam

o ensino superior”, destacou.

“É por isso que nos queremos manter na liderança desta transição climática e, neste sentido, Portugal foi o primeiro país a assumir o compromisso de alcançar a neutralidade carbónica em 2050”, lembrou Mariana Vieira da Silva.

No próximo mês de junho, Portugal vai apresentar o seu relatório intercalar sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 20|30 e o papel das políticas públicas centradas nas pessoas, no planeta, na prosperidade, na paz e nas parcerias, revelou Mariana Vieira da Silva, pelo que “é uma forma como devemos olhar para as nossas políticas públicas e para as estratégias que temos desenvolvido e para a sua avaliação para eventual correção para se alcançar esses objetivos”.

O Programa de Estabilidade até 2027, apresentado pelo Governo, tem uma “fraca ambição” sobretudo no que toca ao crescimento económico, na avaliação de Vasco Mello, presidente da Associação Business Roundtable (BRP) Portugal.

“Um dos principais aspetos [sobre o Programa de Estabilidade] é que, infelizmente, tiraram do nome o tema de crescimento. É só estabilidade e era importante que o crescimento também estivesse lá referido”, atirou o empresário na Grande Conferência Negócios Sustentabilidade 20|30.

Para Vasco Mello, a estabilização da dívida é relevante, mas “a ambição é fraca”. “Quando comunicamos 1,8% de crescimento até 2027 isso é insuficiente. E outro aspeto que me parece bastante negativo é continuarmos a suportar esse crescimento essencialmente através de consumo público.”

O líder da associação que junta as 42 maiores empresas nacionais frisou ainda que o crescimento é “crítico” e que instrumentos como o PRR e o PT2030 “deveriam ser transformadores”. “Falta-nos um propósito de crescimento, porque só assim asseguramos um país mais justo, que consegue remunerar melhor.”

O também presidente do Grupo Mello salientou que “há sinais de alerta muito fortes e não estamos a atuar com a urgência necessária. “Somos um dos países do mundo que tem mais população a viver no estrangeiro, que é maioritariamente jovem”. “Todos os anos licenciamos 50 mil jovens e 20 mil vão para o exterior. Istoneveria levar-nos a alterar a forma de gerir Portugal.”

Vasco Mello lembrou também que “muitas vezes vemos as empresas a serem discriminadas, o que não faz muito sentido”. “São as empresas que conseguem criar riqueza.” ■ F&F



David Cabral Santos



Rita Nabeiro (ao centro) com Marlana Vieira da Silva, Joana Balsemão e Diana Ramos

O prémio personalidade e o elogio a Rui Nabeiro feito pela neta Rita

“Tinha uma cábula mas estou a aprender que, como o meu avô fazia, é melhor falar a partir do coração” disse Rita Nabeiro, diretora-geral da Adega Mayor e administradora do Grupo Nabeiro, quando recebeu o prémio Personalidade Negócios Sustentabilidade 20/30, atribuído ao fundador da Delta, Rui Nabeiro, que faleceu a 19 de março, com 92 anos.

É um momento de dor quando se “perde um avô, um amigo, um conselheiro, um líder”. “O país deve-lhe muito, mas eu também lhe devo muito”, considerou enquanto agradecia o prémio em nome da família. E sublinhou que o avô, “onde quer que esteja, também estará agradecido com o sorriso que lhe era tão característico”.

Agostora recordou ainda uma frase do avô que guarda: “nas empresas ganhamos dinheiro com a mão aberta porque há muito que fica, e tem de ficar porque é a sustentabilidade económica, mas há muito que se tem de perder, que é uma forma de distribuição”.

Hoje fala-se em ESG, mas Rita Nabeiro considera que o avô aplicava todos esses conceitos “de forma muito intuitiva, muito natural no seu quotidiano e com as pessoas”. “Tocava cada um, tocando todos e isso fica como compromisso e responsabilidade para a família”, assumiu. Rita evocou ainda uma segunda frase que se aplica aos desafios da sustentabilidade: “quem não fizer hoje, amanhã é tarde”. ■ FSF

O capitalismo dos “stakeholders” faz com que a sustentabilidade compense

A velocidade e profundidade de mudança que as empresas têm de fazer para mudar implica que tenham por objetivo “fazer mais depressa, melhor, com impacto positivo e servindo todos os ‘stakeholders’”.

O barómetro de confiança da Edelman 2023 revela que cerca de 80% dos inquiridos concordam com a afirmação “espero que os CEOs assumam uma posição pública sobre mudanças climáticas, discriminação, desigualdades económicas”, referiu Andrew Winston, autor com o ex-CEO da Unilever, Paul Polman, da obra “Net Positive: How Courageous Companies Thrive by Giving More than They Take”, na abertura do terceiro dia da Grande Conferência Negócios Sustentabilidade 20/30, que decorreu na passada sexta-feira em Cascais.

Estes dados ilustram a forma como a sociedade olha para o papel das empresas na mitigação das mudanças climáticas, desigualdades e como forma de se atingir a neutralidade carbónica.

“Torna-se urgente encontrar soluções, e as empresas e os negócios não se podem eximir dos desafios”, desafiou.

A pergunta central que se deve fazer, para Andrew Winston, é se “o mundo está melhor porque a sua empresa existe”. Daí que, no entender do consultor, a velocidade e profundidade de mudança que as empresas têm de fazer, implica que tenham por objetivo “fazer mais depressa, melhor, com impacto positivo e servindo todos os stakeholders”. “Um negócio net positivo aumenta o bem-estar de todos que impacta e lucra resolvendo os problemas do mundo, mas não contribuindo com mais problemas”, resume o consultor na área da sustentabilidade.

A sua visão do contexto é aquilo que Winston denomina



Precisamos de uma mudança exponencial nas nossas instituições e emoções.

ANDREW WINSTON
Coautor do livro “Net Positive”

como mundo VUCA, na sigla inglesa, (Volátil, Uncertain [Incerto], Complexo e Ambíguo). “É chocante e não muito intuitivo. Em níveis exponenciais, a mudança acontece aparentemente lentamente e depois de uma só vez... E isso explica em parte porque podemos ser tão lentos para agir”, refere Winston, que cita Rebecca Henderson, “a tecnologia vai bem, mas precisamos de uma mudança exponencial nas nossas instituições e emoções”.

Andrew Winston mapeou as principais questões e respostas na consideração de todos os impactos e que passam sobretudo por procurar gerar valor de longo prazo, passar de uma preocupação apenas com a remuneração dos acionistas, que é importante, para uma visão em que to-

dos os stakeholders contam, articulando-se com parcerias com as cadeias de valor. Durante a sua apresentação, em que deu vários exemplos de mudança nas cédulas, mobilidade elétrica ou mudança geracional, a principal conclusão do consultor é de que “a sustentabilidade compensa”.

Andrew Winston citou ainda Larry Fink, CEO da Blackrock que disse que “o capitalismo dos stakeholders não é sobre política. Não é uma agenda social ou ideológica. Não é ‘woke’. É o capitalismo, impulsionado por relacionamentos mutuamente benéficos entre as empresas e os funcionários, clientes, fornecedores e comunidades das quais sua empresa depende para prosperar. Este é o poder do capitalismo”. ■

FILIPE S. FERNANDES

MERCADOS

CRIPTOATIVOS

Faltam páginas ao novo manual cripto da UE

O novo pacote ainda nem entrou em vigor e os portugueses com assento no Parlamento Europeu já antecipam uma segunda legislação sobre os criptoativos. Entre os críticos há lamentos sobre a ausência de NFT, finanças descentralizadas e mineração de bitcoin.

FÁBIO CARVALHO DA SILVA,
EM ESTRASBURGO*

fabiosilva@negocios.pt

A procissão da regulação sobre os criptoativos ainda vai no adro. O primeiro pacote aprovado por Estrasburgo para regular o setor é visto como apenas o tiro de partida de um processo legislativo. Entre os eurodeputados portugueses ouvidos pelo Negócios há quem não feche a porta a um novo regulamento 2.0 e quem defenda mesmo que a legislação aprovada na semana passada é insuficiente.

O Parlamento Europeu aprovou o regulamento europeu sobre criptoativos (na sigla inglesa MiCA) e as alterações ao regulamento sobre as informações que acompanham as transferências de fundos, de forma a incluir estes instrumentos financeiros. “O que nós já sabemos – até pela própria presidente do Banco Central Europeu (BCE) – é que o dossiê já não serve e Christine Lagarde já disse que vamos precisar de um MiCA2”, defende o eurodeputado do Bloco de Esquerda (BE), José Gusmão. “Temos um documento profundamente insuficiente e que tem um efeito colateral danoso que é transmitir a ideia de que há uma regulação que vai tornar estes instrumentos seguros, o que é falso”, acrescenta.

O socialista Pedro Marques opta por não tomar uma posição tão radical, mas assume que não pode deixar de “identificar algumas lacunas. (...) É difícil não pensar na necessidade de um MiCA 2.0”. Já a eurodeputada do PSD Lúcia Pereira (que



Estrasburgo aprovou na semana passada alterações a um diploma e a criação de um novo para as cripto.



Não posso deixar de identificar algumas lacunas. (...) É difícil não pensar na necessidade de um MiCA 2.0.

PEDRO MARQUES
Eurodeputado do PS

foi relatora) sombra do relatório sobre transferência de fundos) acredita que é preciso primeiro aplicar o novo pacote e só depois é que se pode levantar esta questão, mas acrescenta que “é muito provável – como aliás com outras matérias – que venha a surgir no futuro uma atualização ou revisão desta mesma lei”.

O CDS, pela voz de Nuno Melo, segue esta ideia. Por fim, o PCP, representado por João Pimentel Lopes, pede uma visão completamente diferente que desincentive o investimento nestes instrumentos financeiros.

Da ausência dos NFT à energia: as críticas

PS e BE lamentam a ausência de regulação de NFT e finanças descentralizadas nestes diplomas. Do outro lado, o PSD defende que esta não é uma lacuna, “porque estamos a falar de elementos específicos e que eventualmente que irão precisar de uma legislação também ela mais orientada”.

Além disso, BE e PS criticam o facto de não haver um tratamento da questão do consumo energético da mineração prova de trabalho, ou seja o exercício de computação por tentativa e erro para criar criptoativos como a bitcoin.

toativos como a bitcoin.

O BE defende ainda que não devia existir um patamar mínimo de 1.000 euros para que as plataformas cripto sejam obrigadas a comunicar às autoridade quando um cliente reciba uma transferência de uma carteira custodiada por terceiros). Por fim, para o CDS não há “propriamente” críticas, mas sim a necessidade de “uma melhoria do sistema, quer no que tem a ver com níveis de segurança, que com o controlo de transações”, como explica Nuno Melo. ■

*O jornalista viajou a convite do Parlamento Europeu.

TOME NOTA

10

pontos cruciais do pacote sobre ativos virtuais

O diploma sobre criptoativos e o renovado regulamento sobre informações que acompanham transferências de fundos imputam novos deveres aos intermediários.

Dado Ruvic/Reuters

**BASTA REGISTO NUM ÚNICO ESTADO-MEMBRO**

O regulamento europeu sobre criptoativos (MICA) clarifica que para operar na União Europeia (UE) é apenas necessário que o prestador de serviços esteja registado num Estado-membro. Porém, deve informar o país sobre outros membros do bloco em que pretende operar. Cabe ao regulador financeiro europeu (ESMA) elaborar uma lista das entidades registadas.

SEM REGISTO, SEM TRANSAÇÃO

As alterações ao regulamento europeu de informações que acompanham as transferências de fundos (na sigla inglesa TFR) proíbem expressamente que os prestadores de serviços realizem transações para os seus pares que operam na UE, sem autorização para tal. Está ainda proibidas transferências para intermediários sem sede em qualquer jurisdição ou sem possuir um serviço central.

LISTA NEGRA PARA INCUMPRIDORES

Para facilitar o cumprimento, o TFR dá responsabilidades à autoridade bancária europeia (EBA) para manter um registo público "de prestadores de serviços de criptoativos não conformes, constituído pelas entidades que não podem ser associadas a uma jurisdição reconhecida, que não aplicam nenhuma medida de identificação dos seus clientes e que oferecem serviços de anonimização", pode ler-se no regulamento.

EMIÇÃO DE STABLECOINS SUJEITA A AUTORIZAÇÃO

Os emitentes de stablecoins pas-

sam a ter de pedir autorização antes de realizar uma emissão e de elaborar um documento denominado "livro branco" (a exceção é se a emissão for só para investidores institucionais). Antes de receberem luz verde são necessários pareceres da ESMA, do BCE e do banco central do Estado membro, sendo os dois últimos vinculativos, se estiver em causa a estabilidade financeira ou a política monetária. No caso de stablecoins de dimensão significativa, a autorização é concedida pela ESMA e EBA, em vez das autoridades nacionais.

BANCOS COM RESERVAS DE STABLECOINS

Os emitentes de stablecoins passam a estar sujeitos a determinados requisitos de capital e a guardar ativos de reserva em instituições de crédito ou "empresas de investimento autorizadas e especializadas em guarda de ativos".

DEVER DE INFORMAÇÃO

Entre as medidas destaca-se ainda

a exigência de os intermediários de pagamentos assegurarem que as transferências de fundos sejam acompanhadas de "informações completas sobre o iniciante e o destinatário". Ao contrário do que a legislação europeia estabelece para as transferências eletrónicas - impondo este dever apenas para transações acima dos mil euros - o dever é aplicado aos prestadores de serviços de pagamento cripto, "independentemente do valor da transferência". Além das plataformas, aplica-se a ATM cripto.

CARTEIRAS SUSPEITAS NA MIRA DA UE

Ao detetar uma transferência de ou para carteiras não hospedadas (não custodiadas por uma entidade terceira), os intermediários envolvidos devem guardar toda a informação que conseguirem sobre a transação e entregá-la às autoridades competentes, sem nunca enviar este conteúdo para o titular da carteira. Sempre que um cliente receba mais de mil euros de uma carteira não alojada, as instituições têm de notificar as autoridades.

MINERAÇÃO DE BITCOIN NAS MÃOS DA COMISSÃO

O MICA deixa claro que "o método de "prova de trabalho" - ou seja de mineração de uma criptomoeda por um exercício de computação de tentativa e erro, como acontece com a bitcoin - é "insustentável" do ponto de vista climático. Por isso, não o regula e pede à Comissão Europeia que trabalhe "no sentido de uma abordagem legislativa holística", devendo ser elaborado "um livro branco que "inclua uma avaliação independente do consumo provável de energia".

NFT E DEFI DE FORA DA REGULAÇÃO

Os NFT (tokens não fungíveis) não estão abrangidos pelo novo pacote, mas o MICA frisa a necessidade de "ponderar a possibilidade da Comissão Europeia propor um regime específico à escala da UE". As finanças descentralizadas (DeFi) também não são reguladas neste momento.

ENTRADA EM VIGOR SERÁ RÁPIDA E AUTOMÁTICA

Os dois regulamentos entram em vigor 20 dias após a publicação no Jornal Oficial da União Europeia. No caso do MICA, os títulos III e IV (sobre stablecoins) são aplicáveis após 12 meses, enquanto o restante diploma, a par do novo regulamento sobre transferências de fundos veem este prazo ampliado para os 18 meses. Algumas das entidades abrangidas por este último diploma têm de elaborar um plano de execução das novas normas até nove meses após a entrada em vigor do mesmo.



[NFT são] elementos específicos que eventualmente irão precisar de legislação mais orientada.

LÍDIA PEREIRA
Europeutada do PSD

As stablecoins são o principal alvo do regulamento europeu sobre cripto (MiCA).

A regulação de NFT, finanças descentralizadas e mineração de bitcoin é deixada para depois.

investidor privado

Luz, água ou telecomunicações: quando os atrasos custam dinheiro

Os valores em causa são pouco mais do que simbólicos, por isso muitos clientes nem dão por isso. Mas, às vezes, basta o atraso de um dia no pagamento de um serviço essencial para agravar a fatura seguinte.



RAQUEL OLIVEIRA

Texto

JOSÉ TINY

Ilustração

Compensações, multas ou coimas. As denominações mudam consoante se tratem de serviços essenciais como telecomunicações ou energia. Na prática, são os juros de mora previstos na lei que, no caso de serem de pouco valor, são “transformados” em penalizações. Mas se o atraso se prolongar, ou se as faturas se acumularem, passa a incumprimento e, consoante o que estiver em causa, os serviços podem ser cortados ou os bens do devedor penhorados.

A taxa não é proibida embora o período de tempo classificado como “atraso”, bem como os valores cobrados dependa da autoridade de regulação em causa. Há quem aponte valores, como a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), e quem nada refira como a Autoridade Nacional das Comunica-

ções (Anacom).

Quando se trata de um ou alguns (poucos) dias de atraso no pagamento, as operadoras de telecomunicações cobram uma compensação prevista nas condições gerais, tendo sido de resto o setor a inaugurar esta prática. Um dos valores mais elevados é cobrado pela Mco, que exige cinco euros a pagar na fatura seguinte, após 10 dias de atraso. Idêntico tratamento é dado pelo Nos e pela Vodafone aos clientes mais distraídos, embora mais compreensivos: a Nos cobra 3 euros e a Vodafone 1,50 euros.

Este tipo de cobrança foi adotado pelo setor da energia em 2018, nomeadamente no gás natural. No caso da Lisboa, o mínimo a pagar é 1,25 euros, até oito dias de atraso, e 1,85 euros para atrasos de pagamento superiores, ou seja, os permitidos pela ERSE para o ano gás 2022-

2023 para os comercializadores de último recurso (CUR) – o que significa no mercado regulado.

Ao Negócios, fonte da ERSE, esclarece que “os comercializadores em regime de mercado podem ainda cobrar quantias a título moratório ou até semelhantes à quantia mínima, desde que previstos contratualmente”.

É o caso da Galp, por exemplo, ao avisar os clientes que, quando uma fatura não é paga dentro do prazo estipulado, o cliente poderá estar sujeito ao pagamento de juros de mora, e caso não atinja “a quantia mínima de 2 euros, os atrasos de pagamento ficam sujeitos ao pagamento dessa quantia, de modo a cobrir os custos de processamento administrativo originados pelo atraso”. A mesma justificação é dada pela Endesa mas o valor cobrado é de 1,90 euros.

Os regulamentos de rela-

ções comerciais dos serviços da água também consideram que a falha de pagamento de faturas dentro do prazo estipulado “constitui o utilizador em mora”, podendo-lhe ser cobrada uma “taxa de juro legal de 4% ao ano”, segundo a ERSAR.

Ao Negócios, esta entidade reguladora esclarece estar prevista a definição de uma quantia mínima, a publicar anualmente, com vista a cobrir “exclusivamente os custos de processamento administrativo originados pelo atraso”. No entanto, até ao momento não foi definido nenhum valor, o que não significa que os atrasos saiam impunes.

Os tarifários dos serviços da água e do saneamento ur-

bano inscrevem valores que, sem referência direta, se prendem com atrasos no pagamento de faturas. A Câmara Municipal de Grândola, por exemplo, cobra 2,9815 euros pela “emissão de segundo aviso de pagamento”. A Águas da Cova da Beira prevê, sem especificar, 5,65 euros a título de “encargos de cobrança”, e a Águas do Porto cobra 3,08 euros, pela emissão de um “aviso de corte”, que se destina ao pagamento de despesas.

Para evitar que os atrasos se transformem em incumprimentos, a maioria das empresas que prestam serviços essenciais, enviam e-mails ou mensagens para os telemóveis dos clientes alertando-os para o “esquecimento”. Caso se prolongue a distração, o tratamento é outro. ■

Há entidades reguladoras que apontam valores, como a ERSE, e quem nada refira, como a Anacom.

QUASE ÀS ESCURAS

O mercado elétrico tem uma singularidade, sem paralelo noutros setores. Desde 2020, existe a possibilidade da comercializadora de eletricidade reduzir a potência contratada o que permite, de acordo com a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, “por exemplo, que as situações de cortes devidos a não pagamentos por um lapso do cliente sejam, num primeiro momento, evitados”. A medida consta do Regulamento de Relações Comerciais (RRC) e “visou reforçar os direitos dos consumidores no fornecimento de serviços públicos essenciais”, adianta ao Negócios fonte oficial da ERSE. Assim, de acordo com o RCC, nas situações de falta de pagamento, “para o conjunto de clientes de energia elétrica em Baixa Tensão Normal e durante o período até à regularização de valores que originam a razão de interrupção por facto imputável ao cliente, se proceda à redução da potência contratada para o escalão de 1,15 kVA”. Trata-se de uma medida relativamente recente pelo que a ERSE ainda não tem dados sobre o número de clientes com a potência reduzida por falta de pagamento. ■

1,15 POTÊNCIA

A falta de pagamento pode causar a redução da potência contratada para 1,15 kVA.

PAGAMENTOS COMO ISCO

O pagamento de faturas é um dos engodos dos cibercriminosos para capturar dados pessoais ou bancários. Não é de estranhar por isso que usem marcas de empresas associadas a serviços essenciais. Desde o início do mês, já foram detetadas mensagens fraudulentas usando o nome da EDP, Vodafone e E-Redes. No caso da EDP, um SMS alertava para a regularização de um montante em falta com uma referência Multibanca. Um e-mail falso da Vodafone procurava, por seu turno, enganar os incautos a pretexto de “reembolso disponível: a sua fatura foi paga duas vezes”. Para corrigir o “engano da Vodafone” o cliente deveria preencher um formulário no prazo de três dias. Também este mês o pagamento de faturas serviu de mote para um ataque de “phishing” à E-redes. A empresa alertou os clientes “para casos de SMS fraudulentos, com indicações para que liquidem valores em falta, para evitar suspensão do fornecimento de energia elétrica”. As empresas nunca pedem dados pessoais e ou bancários por e-mail ou por SMS, devendo o cliente, em caso de dúvida, entrar em contacto com a empresa. ■

3 FRAUDE

Um e-mail falso pedia o preenchimento de um formulário no prazo de três dias.

SEM SEGURO

Os seguros é um dos setores em que um simples atraso no pagamento, por um dia que seja, faz caducar o contrato. Ou seja, a falha de pagamento até à data indicada anula a apólice em causa, qualquer que seja o objeto seguro. Portanto, nos seguros nem sequer se põe em questão o custo financeiro de uma distração ou de um esquecimento. Mas pode haver penalizações. As condições da nova apólice poderão ser alteradas, estando nas mãos da seguradora essa decisão. Nalguns casos, as condições poderão manter-se noutras poderão alterar-se, apurou o Negócios junto de fonte do setor. Seja como for, qualquer sinistro após a data final de pagamento fica sem cobertura. Já no caso da Autoridade Tributária ou da Segurança Social, bem como os créditos a instituições financeiras, os atrasos são penalizados com multas ou juros de mora. Entregar o IRS fora de prazo, por exemplo, “é punível com coima de 150 euros a 3.750 euros”, de acordo com o código tributário. Mas até 30 dias o Fisco exige apenas o pagamento de uma multa de 25 euros. ■

25 IRS

Um atraso de até 30 dias na entrega do IRS implica uma multa de 25 euros.

investidor privado

OPINIÃO



ULISSES PEREIRA
Analista independente
ulissespereira@hotmail.com

E se a Bolsa portuguesa voar?

Desde Setembro do ano passado, muitos dos meus artigos têm sido em torno das razões que me levam a manter o meu optimismo na Bolsa portuguesa, apesar da turbulência nos mercados mundiais e da degradação das condições macroeconómicas. O meu foco foi, e é, continuar a ser a zona de suporte do PSI entre os 5.200 e 5.500 pontos pois, enquanto permanecer intacta, não há razões para preocupação.

Hoje gostava de abordar o melhor cenário. Se o PSI conseguir quebrar consistentemente a resistência dos 6.350 pontos, fica com caminho livre para voar. O que acontece nesse cenário? A próxima resistência situa-se apenas nos 7.700 pontos, um potencial bem grande. Algumas acções quebrariam também resistências importantes e teríamos valorizações fortes, o cepticismo começaria a desaparecer, os investidores começariam a regressar à Bolsa portuguesa, as televisões e jornais começariam a falar mais de mercados, até ao dia em que a euforia regressaria e, aí sim, começaria a ficar com medo que o “Bull Market” pudesse estar a chegar ao seu fim.

Tenho dito, ao longo dos últimos anos, que o elevado nível de cepticismo tem sido o combustível e suporte para o “Bull Market” português resistir, mesmo quando o resto do mundo fraquejava. É fácil perceber a origem desse cepticismo depois de tantos anos com a Bolsa portuguesa a não acompanhar os excelentes anos das suas congéneres internacionais. O fim desse cepticismo daria um novo fôlego ao nosso mercado embora um dia, quando se transformasse em euforia, isso seria motivo de preocupação.

Parece difícil acreditar neste cenário de sonho para a Bolsa portuguesa. Contudo, estamos muito perto dessa resistência e pode não estar assim tão distante algo que até soa mal ao escrever. Durante anos, mantive-me optimista, fazendo questão de frisar qual o pior cenário. É hora de nos prepararmos para o melhor cenário pois ele pode mesmo acontecer. ■

Artigo escrito em 21/04/23 às 13h30
Fontes: <https://live.euronext.com/pt/>

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE PSI

Em pontos



Se o PSI conseguir quebrar consistentemente a resistência dos 6.350 pontos, fica com caminho livre para voar.

A EDP não é sexy, mas quem a detém nos últimos 11 anos não está minimamente preocupado com isso.

11 anos de “Bull Market” da EDP

ã não escrevo uma análise sobre a EDP desde o ano passado. Não é coincidência. A acção tem tido um 2023 extremamente monótono, por isso tem passado longe do radar dos analistas, jornalistas e investidores e não tem merecido grande atenção da minha parte.

Apesar disso, recuso-me a rotular de fraco o comportamento em Bolsa da EDP nos últimos meses. A acção vive um “Bull Market” há 11 anos, um dos mais longos da História da Bolsa portuguesa, desafiando o mau momento que o mercado nacional viveu na última década. Estar a lateralizar há cerca de dois anos, respirando após uma década de subidas, não me parece decepcionante.

É normal que as questões sejam sobre qual a próxima resistência da EDP mas, para mim, a pergunta mais importante é onde está o suporte. Em qualquer “Bull Market” olho muito para os suportes e muito pouco para as resistências pois é quando um suporte é quebrado que se dá o primeiro sinal que algo pode ter mudado e que devem soar os alertas para os accionistas.

Enquanto a zona de suporte entre os 3,75 e os 4,10 euros não for quebrada, continuo com o fato de touro que visto tranquilamente há vários anos. Durante alguns períodos mais turbulentos em que parecia que a EDP tinha perdido toda a sua força, mantive-me optimista por ser fiel à tendência e ao suporte inviolado.

A EDP não é sexy, mas quem a detém nos últimos 11 anos não está minimamente preocupado com isso. E quem a vendeu por ter duplicado a sua cotação arrependeu-se porque acabou por triplicar. As tendências podem sempre durar mais tempo do que imaginamos, por isso não necessitamos de antecipar nada. Apenas esperar pelo primeiro sinal de fraqueza para vender. ■

Artigo escrito em conformidade com o antigo Acordo Ortográfico.

COTAÇÃO DAS AÇÕES DA EDP

Em euros



DISCLAIMER

Os artigos publicados no Jornal de Negócios por Ulisses Pereira são artigos de opinião de carácter genérico. Ulisses Pereira faz uma opinião baseada em dados técnicos e informação que crê ser fidedigna, mas não pode garantir a sua veracidade ou que seja completa.

A opinião expressa relativa a investimentos pode não ser apropriada a determinados investidores devido às suas condições financeiras, risco ou objetivo de investimentos. Ulisses Pereira encoraja fortemente a não tomar qualquer decisão baseada na opinião emitida sem antes consultar a sua entidade financeira, seja através do seu consultor ou corretor, ou mesmo efetuar a sua própria investigação independente.

Aconsilhamos os investidores a compreenderem detalhadamente todos os riscos associados ao investimento que pretendem realizar, sendo que não devem investir sem ter o conhecimento do pior cenário bem como da sua probabilidade de ocorrência. Veja em www.negocios.pt a lista de recomendações de Ulisses Pereira nos últimos 12 meses.

investidor privado

BULL & BEAR

ÂNGELO CUSTÓDIO
"Trader" do Banco Best



BULL



Pode o mundo derrotar a inflação e a recessão em 2023? Quando no final do ano dois terços dos economistas apontavam para uma recessão global como muito provável, nem o mais otimista dos investidores esperava que nos primeiros 4 meses do ano os índices voltassem a negociar próximo de máximos históricos, com o S&P500 a cerca de 13% de renovar o seu máximo histórico e o índice alemão DAX a menos de 3% de voltar a fazer história. Se as sessões de

"A MELHOR RECESSÃO DO MUNDO?"

bolsa têm excedido as expectativas, nos EUA também o mercado de trabalho em pleno emprego, continua a surpreender, assim como a inflação que recuou para 5% em março. Adiciona-se ainda uma "earning season" que promete resultados interessantes, já depois dos principais bancos americanos terem apresentado resultados favoráveis, beneficiando da subida dos juros e de um consumidor resiliente que promete dar luta a esta "recessão". ■

BEAR

DESANTIS VS DISNEY



Nos primeiros meses de 2023 a Walt Disney Corp. parecia acompanhar a tendência de subida do mercado, tendo o título atingido os 113 dólares após ter fechado o ano anterior nos 84 dólares, até o governador da Flórida, Ron DeSantis, fazer da gigante do entretenimento um "adversário político", após a Disney se opor publicamente a uma lei sobre orientação sexual nas escolas deste estado. Em retaliação, DeSantis promoveu decretos visando

um maior controlo e pressão sobre a empresa, com impacto direto na cotação do título que já depreciou cerca de 12% desde o máximo do ano. Outro fator a diminuir a "magia da Disney" é o seu negócio de streaming de conteúdos que gerou perdas na ordem dos 1.47 mil milhões de dólares, com a empresa a preparar-se para eliminar 7.000 postos de trabalho, como parte de uma estratégia para reduzir os custos em 5,5 mil milhões de dólares por ano. ■

PERSONALIDADE



Elon Musk perdeu 13 mil milhões de dólares em 24h, após resultados da Tesla desiludirem e da explosão do foguete da SpaceX.

ANTEVISÃO DA SEMANA

Contas do Credit Suisse, PIB nacional e dividendo da EDP

24 Segunda

BANCA CREDIT SUISSE APRESENTA CONTAS
O Credit Suisse apresenta os resultados do primeiro trimestre do ano. É a primeira divulgação após o acordo de venda ao UBS e acontece após uma fuga de depósitos que deixou o banco numa situação crítica. As projeções compiladas pela Bloomberg apontam para uma perda de um quinto dos ativos. ■

ESTADO FINANCIAMENTO PÚBLICO RECUA
O financiamento das administrações públicas foi, em janeiro, negativo em 2,9 mil milhões, o que indica que o Estado utilizou parte dos fundos obtidos para financiarem outros setores da economia. O Banco de Portugal atualiza estas estatísticas com dados de fevereiro. ■

25 Terça

BANCA UBS DIVULGA CONTAS APÓS AQUISIÇÃO



Sergio Ermotti é o CEO do suíço UBS.

Um dia depois do Credit Suisse, também o UBS vai divulgar resultados trimestrais. Os analistas estão à procura de perceber qual a estratégia para reter talento e clientes, bem como quando é que vai regressar o programa de recompra de ações que foi suspenso por causa da operação. ■

26 Quarta

PSI CONTAS DA IBERSOL,

A bolsa de Lisboa vai ter assembleias gerais, contas e dividendos a marcar as negociações da semana. Há ainda dados do PIB e inflação, enquanto lá fora o foco volta a estar no Credit Suisse e UBS.

JERÓNIMO E NOS

Quarta-feira vai ser um dia cheio para os investidores da bolsa de Lisboa. A Jerónimo Martins e a Nos vão divulgar os resultados do primeiro trimestre do ano, enquanto a mais recente cotada do PSI, a Ibersol, ainda vai divulgar os resultados do total de 2022. ■

27 Quinta

CRÉDITO AVALIAÇÃO BANCÁRIA ÀS CASAS

O valor mediano de avaliação bancária para efeitos de crédito à habitação fixou-se em fevereiro em 1.478 euros por metro quadrado, menos sete euros do que no mês anterior. O INE vai mostrar esta quinta-feira se a tendência de alívio se mantém. Há ainda inquéritos de conjuntura às empresas e aos consumidores em abril, bem como dados da procura turística dos residentes. ■

ENERGIA REN VOTA DIVIDENDO E MOSTRA CONTAS

A administração da REN vai propor aos acionistas, na assembleia-geral desta quinta-feira, 27 de abril, a distribuição de dividendos brutos no montante de 15,4 cêntimos por ação relativamente ao exercício do ano passado. No mesmo dia, a energética liderada por Rodrigo Costa vai divulgar os resultados relativos ao primeiro trimestre do ano. ■

28 Sexta

ECONOMIA PIB PORTUGUÊS NO ARRANQUE DO ANO

O crescimento da economia portuguesa vai estar em foco no final da semana com a divulgação da estimativa rápida do produto interno bruto (PIB) no primeiro trimestre. Há ainda dados da inflação em abril, bem como estatísticas do comércio internacional e atividade turística. ■

PSI SONAE E CORTICEIRA TÊM REUNIÕES MAGNAS
Os acionistas da Sonae e da Corticeira são chamados às respetivas assembleias gerais anuais. Em ambos os casos há dividendos a aprovar relativos aos resultados do ano passado. ■

ENERGIA EDP PAGA DIVIDENDO



Miguel Stilwell lidera a EDP.

A EDP vai pagar um dividendo bruto de 0,19 euros por ação a 28 de abril. No total, a empresa liderada por Miguel Stilwell d'Andrade irá distribuir 753.479.392,28 euros em dividendos. ■

BASF
We create chemistry

OPINIÃO

A COR DO
DINHEIRO

CAMILO LOURENÇO

Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

Direitos Humanos? Depende do tutu

O Brasil tem uma política externa própria, muito diferente da portuguesa, europeia e dos Estados Unidos e quer ter um papel na discussão do futuro do mundo. Dai ter um relacionamento estreito com a Rússia (que não depende da cor de quem está no Palácio do Planalto), China e com o resto da América Latina.

Lula, que a esquerda bem pensante idolatra como lutador pelos direitos humanos, esteve nos dois países e trocou os slogans de luta pela liberdade por frases simpáticas para os dois regimes. Na Rússia culpou a Europa e Estados Unidos pela continuação da guerra,

esquecendo que o invasor é Vladimir Putin. Na China tapou os olhos à impressionante coleção de atropelos à liberdade e direitos humanos do regime de Pequim, com pérolas como "podemos não concordar com o regime chinês, mas é o seu jeito de fazer política". O crítico feroz, que denuncia falta de liberdade e violação de direitos humanos (aquilo que Rússia e China fazem!) no mundo, a legitimar regimes opressivos...

Estou surpreendido? Não! Este texto serve apenas para expor a hipocrisia destes "so called" campeões da liberda-

de. E para perguntar à esquerda portuguesa, caladinha que nem um rato, o que pensa do assunto. E o que estaria agora a dizer se aquela frase tivesse sido dita por alguém de direita...

Lula, como Bolsonaro (como é que o país de Fernando Henrique Cardoso colocou estas figurinhas na Presidência??), está-se marimbando para Taiwan, para a sorte dos opositores a Xi Jinping e para o genocídio da minoria Uighur. A única coisa que lhe interessa é não hostilizar um país que representa cerca de 40% do comércio externo brasileiro. É a diplomacia do dinheiro. ■

AINDA HÁ
ESPERANÇA

ANTÓNIO MOITA

Jurista

Anda tudo a dizer Chega

Depois de tantos anos de promessas de um amanhã melhor, os cidadãos e as cidadãs (como agora é politicamente correto dizer) estão cada vez mais cansados e já dificilmente acreditam no sistema em que estão obrigados a viver. A luta partidária ao invés de gerar e promover políticas alternativas, deixou-se envolver na discussão de sucessivos casos que, tendo a virtude de pôr a descoberto a podridão de muitas instituições e a irresponsabilidade e incompetência de muitos dos seus dirigentes, acentuam o descrédito de um regime em que já poucos acreditam. E por isso compreensível que sejam cada vez mais aqueles que não aguentam assistir a tudo o que vai ocorrendo diante dos nossos olhos ora incrédulos ora indiferentes.

Dai a dizer chega vai um pequeno passo. Chega de impostos para sustentar quem não merece, chega de tribunais atulhados de processos que não terminam, chega de greves sejam elas justas ou não, chega de escolas sem aulas, chega de urgências fechadas ou incapazes de responder, chega de forças de segurança sem meios, chega de preços a subir de forma descontrolada, chega de transformar a identidade de género num problema nacional, chega de consultas médicas ou cirurgias para



Paulo Cunha/Lusa

daqui a dois anos, chega de emprego precário e mal remunerado, chega de gabinetes ministeriais cheios de gente bem paga (bem acima dos funcionários públicos) que ninguém sabe o que anda a fazer, chega de falta de casas para comprar ou arrendar a preços que o nosso orçamento comporta, chega de ter emprego e não conseguir pagar as contas, chega de anúncios em powerpoint cheios de promessas que nunca acontecem ou que no final não são bem assim, chega, chega....

Face a tudo isto como é possível não compreender o que se está a passar no sistema partidário português. As forças representadas no Parlamento dividem-se entre as

que promovem o atual sistema e dele dependem e os que o combatem por convicção ou sentido de oportunidade. Nestes últimos, os que combatem o sistema, temos a Iniciativa Liberal que apresenta uma visão do mundo difícil de aceitar por uma população tradicionalmente dependente e progressivamente envelhecida, e o Chega que não faz mais do que levar a plenário tudo o que ouve no café. E provavelmente esta é a forma mais eficaz e rápida de crescer e de ser compreendido. Ao viver fora da "bolha" pouco transparente, insensível, fechada sobre si própria em que se transformou a vida partidária em Portugal, o líder do Chega sabe que diz o que as pes-

soas sentem e querem ouvir. E quanto mais os partidos do sistema o atacam mais ele brilha. Ou não fosse estar a acontecer em cada vez maior distanciamento entre os eleitores e as forças partidárias tradicionais.

Hostilizar abertamente o Chega é um presente que André Ventura agradece. António Costa gosta de o fazer porque sabe que quanto mais o Chega crescer menos possibilidades de concentração existirá à sua direita. Luís Montenegro começou a fazê-lo porque alguém o convenceu que de outra forma perderia o centro político. Puro engano. O país já não está dividido em torno das famílias políticas tradicionais. Tudo hoje é a preto e branco. Quem não é por nós é garantidamente contra nós. Esta forma maniqueísta e excessivamente simplista de ver a vida resulta, em primeira mão, do enorme desencanto com os governantes e com os vícios do sistema. Todos os dias esta ideia vai sendo reforçada e a sucessão de casos, bizarras uns criminosos outros, vão cavando mais fundo o buraco negro em que se está a transformar a política nacional. Quando o sentimento do povo chega ao discurso de um tribuno eis que estão criadas as condições para que este triunfe. Em democracia isto será normal? Não. Constituirá um perigo para o nosso futuro enquanto comunidade livre e desenvolvida? Talvez. Mas manter tudo como está será abrir a porta a que cada vez mais gente possa dizer chega! ■

Coluna semanal à segunda-feira

Manter tudo como está será abrir a porta a que cada vez mais gente possa dizer chega!

NOTAS DA SEMANA



LUÍS MARQUES MENDES
Advogado

A análise de Luís Marques Mendes ao que marcou a última semana da vida nacional e internacional. Os principais excertos da sua intervenção na SIC, nos temas escolhidos pelo Negócios.

Usar todas as folgas para ganhar eleições

pensionistas e reformados iam perder poder de compra face à inflação. O Governo anunciou agora um aumento intercalar a partir de julho. Em coerência, só posso elogiar a decisão tomada. É uma medida inteiramente justa. Primeiro, para “equiparar” o rendimento das pensões aos valores da inflação:

- Sem a atualização intercalar agora anunciada, o aumento acumulado em 2022/2023 das pensões médias seria de 10,5%. Com uma inflação acumulada provável da ordem dos 13%, nestes dois anos, a perda de poder de compra era significativa.
- Com este aumento intercalar, que vigorará a partir de julho, o aumento acumulado para 2022/2023 já será de 12,7%, muito próximo da inflação acumulada nestes mesmos dois anos.

2. A segunda razão que legitima a justiça desta decisão tem a ver com o futuro. Tendo o governo decidido manter em vigor a fórmula de atualização das pensões e alterada agora a base de partida para tal atualização, as pensões de reforma mais baixas terão, em 2024, um aumento previsível de 6,1%. O que se traduzirá num aumento real do seu poder de compra, uma vez que a inflação esperada no próximo ano é de 2,9%, de acordo com o Programa de Estabilidade. É mais do que justo. Reformados e pensionistas são os mais vulneráveis dos vulneráveis na nossa sociedade. Não precisam de caridade, mas merecem solidariedade. ■

GOVERNO MUDOU. PORQUÊ?

1. Claro que o Governo mudou de posição. Em 2022, garantia que ia mudar a fórmula de cálculo das pensões. Por razões de sustentabilidade da Segurança Social. Agora, voltou atrás. Já não vai rever a dita fórmula. Pelo menos para já. Porquê esta mudança? A explicação oficial é de natureza económica: em setembro de 2022, o Governo ainda receava uma recessão. Afinal, esta não só não se confirmou, como as receitas da Segurança Social até têm crescido bem.

2. Mas as verdadeiras razões desta mudança são políticas:

- Primeiro: o Governo não está preocupado com a queda nas sondagens e com a hipotese de eleições antecipadas em 2024. Por isso, quer “segurar” eleitoralmente os seus dois maiores grupos apoiantes: funcionários públicos e pensionistas.
- Segundo: no caso dos reformados a preocupação é especial, porque são hoje o grande núcleo eleitoral do governo. O

vaco Silva, nos anos 90, “conquistou” os pensionistas com a criação do 14º mês; com os “cortes” do tempo da troika eles “migraram” para o PS; agora, António Costa não os quer perder, muito menos em vésperas de eleições europeias.

3. Politicamente, esta decisão é também um aviso para a oposição. Se houver eleições antecipadas, há duas realidades inevitáveis: a primeira é que o Governo irá usar todas as folgas possíveis para ganhar eleições e se manter no poder; a segunda é que com eleições antecipadas o adversário de Luís Montenegro não será Pedro Nuno Santos, Fernando Medina ou até Francisco Assis, que, através de entrevista ao Público, se posicionou também como potencial candidato à liderança. Será novamente António Costa. O PM sairá pelo seu pé se as eleições forem em 2026. Mas se houver dissolução está “obrigado” a ir de novo a votos. E isso torna a eleição mais renhida. ■

NOVA TRAPALHADA NA TAP

1. Quando se espera que a TAP o pior já aconteceu, ficamos logo mais surpreendidos e estupefactos. A trapalhada voltou esta semana:

- Duas ministras, a da Presidência e a dos Assuntos Parlamentares, garantiram que havia parecer jurídico sobre a decisão de demitir dois gestores da TAP, mas que não podia ser divulgado. No dia seguinte, o ministro das Finanças veio esclarecer que, afinal, não havia parecer algum.

- A sensação que fica, para não dizer a certeza, é que há mesmo pareceres jurídicos sobre o assunto. Só que o Governo não os “pode” divulgar, porque são pareceres desfavoráveis às suas teses. Parece o início do caso Alexandre Reis: para começar, ninguém sabia de nada; no final, quase todos sabiam de tudo.

2. O que tudo isto revela é assaz preocupante:

- Primeiro, uma cultura de mentiras, meias-verdades, truques, falta de respeito e de transparência;
- Segundo, uma inenarrável falta de coor-

denação no governo;

- Terceiro, a ideia de que coisas sérias são tratadas em cima do joelho. Claro que depois do relatório da IGF tinha de haver um parecer jurídico a habilitar a demissão dos gestores. A verdade é que a IGF lhes aponta falhas graves, mas não fala de “demissão com justa causa”.

- Finalmente, a convicção de que este processo vai acabar mal. Uma decisão corretada do ponto de vista político (a demissão) pode ser juridicamente insustentável. Com os dados agora conhecidos, é a conclusão mais provável. Isto depois paga-se em tribunal. ■

OS 50 ANOS DO PS

1. A fundação do PS, há 50 anos, foi o primeiro grande momento de visão estratégica de Mário Soares. Ele intuiu que o fim da ditadura estava próximo e que o PS tinha que estar na linha da frente da construção democrática. Arriscou e ganhou. Ganhou logo na manifestação do 1.º de maio de 1974, não deixando a liderança política em exclusivo ao PCP. E ganhou as primeiras eleições.

2. Já depois da Revolução de Abril, há quatro momentos marcantes na vida do PS; há um momento de descalabro; e há um momento que é ainda de incógnita:

a) Quatro grandes momentos na vida do PS: a luta pela liberdade em 1975; a adesão à Europa nos anos 80; a criação do SNS com António Arnaut; e a eleição dos dois primeiros Presidentes da República civil (Soares e Sampaio). São momentos marcantes para a democracia e para o PS.

b) Um momento de descalabro: o legado de José Sócrates. Por causa da iminência de uma bancarrota no país; e pelas acusações de corrupção a um PM eleito com maioria absoluta. Aqui, perdeu a democracia e perdeu o PS.

c) Um momento que é ainda uma incógnita: o momento atual da liderança de António Costa. A grande dúvida é esta: que marca vai deixar o PS destes longos anos de governação?

- Tem associado a si a marca da geringonça e da segunda maioria absoluta do PS. E António Costa, se chegar a 2026, pode fazer 11 anos consecutivos como PM: um recorde em Portugal.

- Mas no país o que mudou com tanto tempo de governação? Que marca fica? Para já, há dois sinais: pela positiva, a preocupação com a redução da dívida pública; pela negativa, um período em que Portugal se aproximou economicamente da cauda da Europa. De um ciclo longo e estável, esperava-se mais. ■

LULA EM PORTUGAL

1. Esta visita de Lula da Silva a Portugal está, infelizmente, “ensombrada” pela questão da Ucrânia. Vê-se nos noticiários; nas conferências de imprensa sem perguntas; no facto de Lula ter recusado assistir à cerimónia do 25 de Abril. E, todavia, esta visita tinha todas as condições para ser um sucesso.

- Primeiro, Lula, ao contrário dos ex-Presidentes Bolsonaro e Dilma Rousseff, é um Presidente que gosta de Portugal e tem uma relação afetiva com os nossos pais.

- Segundo, é a primeira viagem de Lula da Silva à Europa. Portugal devia ter enfatizado esta distinção, evitando “misturá-la” com polémicas.

- Terceiro, o Brasil é essencial para a dimensão lusófona da nossa política externa. Não há CPLP sem o Brasil e o seu empenho ativo.

- Finalmente, há seis anos que não há Cimeiras Luso-Brasileiras e Lula quis retomá-las, acabando com a política de costas voltadas.

2. A visita até tem corrido bem. Mas perdeu-se a oportunidade de fazer dela um grande sucesso, por clara precipitação das autoridades portuguesas. Esta visita nunca devia ter sido “misturada” com o 25 de Abril. Foi um erro. Um erro agravado pelas declarações de Lula sobre a Ucrânia. Não ganharam as relações Portugal/Brasil e também não ganharam as comemorações do 25 de Abril.

- As celebrações do 25 de Abril também estão “ensombradas”. Em vez de termos o Parlamento a celebrar Abril, a refletir sobre os problemas da democracia ou sobre os novos desafios futuros, o que vamos ter é uma viagem forte em torno de Lula. Uns a elogiar-lo, outros a criticá-lo.

- Uma viagem de Estado que tinha tudo para ser consensual acaba a dividir o país a meio. ■

O AUMENTO DAS PENSÕES

1. Há duas semanas, no dia de Páscoa, critiquei o Governo por não fazer uma atualização extraordinária das pensões de reforma. Expliquei que isso era injusto: os

O que mudou com tanto tempo de governação? Que marca fica? De um ciclo longo e estável, esperava-se mais.



MELHOR NA CATEGORIA IMPRENSA DE ECONOMIA



MELHOR TÍTULO DE INFORMAÇÃO ECONOMICA



Nº ERC: 121571 - Depósito Legal: 120964/88
Tratamento de marca de 27.023.5.025 excecional

Cofina media COFINA MEDIA, S.A.

SA LUÍS AFONSO



BREVES

EDIÇÃO IMPRESSA NEGÓCIOS VOLTA QUARTA-FEIRA

Devido ao feriado nacional, a edição impressa do Negócios não se publica esta terça-feira, 25 de abril. O jornal irá voltar ao convívio dos leitores na quarta-feira. Até lá, acompanhe tudo o que de mais importante se passa na atualidade em negocios.pt.

CASO EDP PINHO VAI PEDIR NULIDADE

A defesa do ex-ministro Manuel Pinho quer anulação da decisão instrutória no caso EDP por considerar inconstitucional, argumentando que o arguido não teve uma efetiva oportunidade de defesa nesse processo, segundo um recurso apresentado.

PROFESSORES FESTA DO PS COM PROTESTOS

Centenas de professores manifestaram-se ontem junto ao Pavilhão Rosa Mota, no Porto, enquanto decorriam as comemorações dos 50 anos do PS, com António Costa e Pedro Sánchez. Um barreira policial impediu a entrada dos docentes no pavilhão.

50 ANOS DO PS

“Temos o dever de honrar os nossos mandatos”



António Costa assinalou os 50 anos do PS no Porto com o espanhol Pedro Sánchez ao lado.

Numa altura em que muito se tem discutido uma eventual dissolução da Assembleia da República, o primeiro-ministro e secretário-geral do PS afirmou no Porto que “quando se põe em causa os mandatos conferidos pelo povo, está a pôr-se em causa a democracia”.

Numa resposta ao Presidente da República, António Costa repetiu que “quando se põe em causa os mandatos conferidos pelo povo, está a pôr-se em causa a democracia”. “E quem quer democracia forte respeita os mandatos.”

Já antes, à entrada para a festa dos 50 anos do Partido Socialista,

o histórico do partido, Manuel Alegre, tinha respondido a Marcelo, sublinhando que “o Presidente não tem que fazer ameaças, tem o poder de dissolução, se quer dissolver, dissolve”.

No discurso da festa do PS, António Costa também respondeu ao PSD acusando-o de mentir no caso das pensões. “Não só não vamos cortar pensões como fizemos atualização para garantir que ninguém perde poder de compra”, destacou. “Eu às vezes verdadeiramente não sei porque é que a direita mente sobre as pensões. Se mente por mentir ou porque não tem outra receita quando aparece uma crise que

não cortar pensões, cortar salários, cortar direitos e aumentar os impostos”.

Num discurso aguerrido, o líder socialista frisou que os sociais-democratas pretendem afastar o PS do poder para chegarem à execução do PRR. “Que não se iluda a direita: sabemos bem que Roma e Pavia não se fazem num dia e que o PRR não se executa num ano. Mas cá estamos os quatro anos para executar até ao último ano o líder a maior oportunidade que temos tido nos últimos anos. Acho que é por isso que eles têm bastante pressa de se verem livres de nós.”

ELEVADOR

Diana Ramos
dianaramos@negocios.pt



MARCELO REBELO DE SOUSA
Presidente da República

A forma como o chefe de Estado tem gerido a visita oficial de Lula da Silva a Portugal, esvaziando com mestria a críspação política, deve ser aplaudida. É inaceitável o que Lula disse em Pequim, mas as relações bilaterais entre Portugal e Brasil vão muito para além do pensamento pequeno de Lula sobre a guerra. E assentaram como uma luva as palavras de Marcelo num jantar na Ajuda, apelando ao multilateralismo.



THIERRY BRETON
Comissário europeu

O novo regulamento europeu sobre as plataformas digitais até pode chegar tarde, mas a sua implementação é relevante. Fixa proibições às redes sociais de explorarem dados sensíveis dos utilizadores (género, orientação política, religião) para publicidade direcionada e impõe também obrigações de transparência. É um instrumento relevante e Breton merece destaque, incluindo por ter convencido Musk a aceitar auditorias prévias ao Twitter.